



# Anais da Assembléia

Nº 36

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 26.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edison Silva Lino, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Augustinho Zucchi, Eduardo Trevisan, Geraldo Cartário, Nereu Moura, Orlando Pessuti e Renato Adur (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 19/95, item 05 da Ordem do Dia de hoje por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, com base no Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(aa) DURVAL AMARAL

LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem muito respeitosamente, usar das suas prerrogativas regimentais, para REQUERER, após ouvido o douto Plenário, seja realizado por esta Assembléia um grande debate sobre os fundos que são revertidos pela arrecadação dos recursos de prognósticos de números e outros sorteios que atualmente estão sendo realizados em nosso Estado.

Para tanto, o Deputado que este subscreve, cita a Lei Complementar nº 50/90, que regulamenta a distribuição dos recursos especificados ao Esporte Amador e à Assistência Social. Que se convoque também para este debate, representantes das Secretarias e Setores do Governo que são atingidos por estas regulamentações para participarem dos debates, que terão como objetivo, fornecer subsídios para a elaboração de uma nova Lei Complementar, que substitua com suas devidas atualizações, a lei que regulamenta o Artigo 175 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Justifico o presente, alegando que as Secretarias de Estado que são beneficiadas com estas arrecadações, deverão ser ouvidas, pois precisamos saber até onde as suas arrecadações estão sendo atingidas, ou mesmo feridas. Sabemos da necessidade de reforma da Lei Complementar nº 50/90. Sabemos das reformas administrativas que

extingüiram Secretarias e criaram outras.

Por isso, acreditamos na necessidade de se reformar a Lei que especifica os recursos tanto para a Assistência Social, como para o Esporte Amador, o Turismo e outros setores importantes, mas no entanto, não podemos ser precipitados quando alteramos as necessidades de distribuição de renda.

#### REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente sessão voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Ludovico Miara.

Pessoa de boa índole, que com seu falecimento, deixou parentes e amigos enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Bento Ribeiro, 1103, Vila Madureira, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Geraldina Canabarro Edling.

Pessoa de nosso relacionamento, deixando parentes e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Travessa C, nº 40, Bairro da Ronda, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Vereador Edilson Macre de Oliveira, ocorrido no dia 15 de abril de 1995, na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(aa) CEZAR SILVESTRI

DUILIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente um grave acidente automobilístico ceifa a vida de um jovem líder político. Toda a população consternada chora a perda prematura de Edilson Macre de Oliveira.

Homem esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade e traba-

lho, modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

Grande líder sindicalista, Vereador atuante, candidato a Deputado Estadual nas eleições de 1994, quando teve reconhecido o seu trabalho pela comunidade de Palotina, que unida sufragou seu nome com 9.000 votos.

A Assembléia Legislativa se associa à dor da família enlutada e da população de Palotina, transmitindo suas condolências para a esposa, pais, parentes e amigos.

#### REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de congratulações ao Dia do Contabilista a ser comemorado dia 25 de abril.

Os contabilistas, representam uma classe de responsabilidade, pois eles são a parte escondida das empresas, eles não aparecem no dia a dia, mas sempre estão em algum lugar, seja calculando impostos, fazendo folha de pagamento, pagando impostos, enfim estão sempre acertando as contas dos empresários com o Governo.

Não somente as grandes empresas é que necessitam do contabilista, mas sim todos os estabelecimentos comerciais, sejam eles de pequeno, médio ou grande porte.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sindicato dos Contabilistas de Ponta Grossa, em nome de seu Presidente Senhor Aguinaldo Rodrigues da Costa, bem como aos demais membros, a Rua XV de Novembro, 354 - 3º andar, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Centro Nacional de Pesquisa de Soja - EMBRAPA - CNPSO, pela comemoração de seus 20 anos de existência.

O EMBRAPA - CNPSO, vem ao longo de 20 anos desenvolvendo pesquisas de interesse estadual e também a nível nacional, proporcionando segurança e tranquilidade as pessoas que usufruem dos resultados de suas pesquisas.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao EMBRAPA - CNPSO, em nome do Chefe do Centro, Senhor José Francisco F. de Toledo, a Rodovia Carlos João Strass (Londrina/Warta) acesso Orlado Amaral, Caixa Postal: 1061, em Londrina.

PR.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Município de Pirai do Sul, que comemora 49 anos de instalação da Comarca.

O Município de Pirai do Sul, vem ao longo desses 49 anos, acolhendo visitantes com toda a simpatia possível, oferecendo oportunidade, para aqueles que ali um dia chegaram em busca de uma nova vida.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a Câmara Municipal, em nome do Presidente, Vereador Parailio de Oliveira King, bem como aos demais Vereadores e também a Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, seja enviado "votos de congratulações" à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, do Município de Irati, pelas festividades alusivas ao 31º aniversário da construção do templo sede e pelo 37º aniversário da apresentação do programa "A voz da Assembléia de Deus" transmitida pela Rádio Difusora de Irati; levando a palavra de Deus a todas as famílias cristãs.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder voto de congratulações à Empresa Volvo do Brasil Veículos Ltda, responsável pelo Programa Volvo de Segurança no Trânsito.

Que do teor do presente dê-se ciência à direção da empresa e ao coordenador geral do programa supramencionado, Senhor Ulisses Iarochinski.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) ALGACI TULIO

## JUSTIFICATIVA:

O Programa Volvo de Segurança no Trânsito foi criado em 1987, como forma de comemorar os dez anos de implantação da Volvo do Brasil Veículos Ltda, empresa fabricante de caminhões e ônibus pesados.

Esse programa tem buscado ser um agen-

te de transformação e desde a sua criação tem propiciado a formação de inteligência na área de trânsito no Brasil.

Nesse seu período de existência o Programa Volvo já promoveu 52 eventos, 7 conferências no Exterior, 650 conferências no Brasil e dezenas de publicações, vídeos e cursos, sendo importante destacar a instituição do Prêmio Volvo de Segurança no Trânsito destinado a reconhecer iniciativas a nível nacional, regional e municipal. Esse prêmio serviu como alavanca para que diversos segmentos da sociedade se envolvessem com a causa e dessem sua parcela de contribuição.

Diante desse elogiável esforço para conter os alarmantes números de acidentes de trânsito no Brasil é que propomos o presente voto de congratulações à Volvo do Brasil Veículos Ltda, exemplo a ser registrado na história do nosso Estado.

## REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos, voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Cia. Caras & Bocas, pela inauguração em 12 de abril do corrente, do Teatro Lala Schneider.

Trata-se de um espaço cultural que engrandece nossa Capital, possibilitando ao povo paranaense, acesso à cultura e que certamente terá muito sucesso. Estendemos nossos cumprimentos à equipe da Cia. Caras & Bocas, composta por João Luiz Fiani, Silvia Monteiro e Luiz Carlos Pazello, que se dedicaram para a abertura desse espaço cultural, desejando-lhes votos de grandes êxitos.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviada Moção de Aplausos ao Grupo de Jovens JUNIFRA - Jovens Unidos em São Francisco de Assis e a Pastoral da Juventude/Setor 7, do Município de Irati, organizadores do grande evento teatral que encena, desde 1989, na Sexta-feira Santa, a Paixão de Cristo, que tem como proposta a evangelização e divulgação dos ensinamentos e mensagens de Cristo para os dias de hoje.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) TOTI COLAÇO

## JUSTIFICATIVA:

Milhares de pessoas estiveram, nesta

Sexta-feira Santa, no Estádio Municipal Abraham Nagiv Nejm, em Irati, para assistir, mais uma vez, a brilhante encenação do 7º Teatro da Paixão de Cristo, organizada pelo Grupo JUNIFRA e pela Pastoral da Juventude.

A encenação contou com 16 atos, desde o batismo até a crucificação de Jesus.

O 7º Teatro da Paixão de Cristo, envolveu cerca de 300 (trezentas) pessoas entre atores, figurantes e externas (equipe de trabalho), das quatro Paróquias de Irati (a Matriz Nossa Senhora da Luz; Paróquia de São Miguel; Paróquia do Imaculado Coração e Paróquia do Perpétuo Socorro).

Os ensaios começaram no mês de janeiro e foram construídos 900 m2 de cenários, que foram montados no estádio municipal.

A cenografia e comunicação visual criada pelo artista "La Caetano", foram elaboradas para tornar mais real a participação do público com o dia em que Cristo foi crucificado.

A apresentação desta peça deu-se, pela primeira vez, no ano de 1989 e hoje, tornou-se um dos maiores eventos religiosos de Irati e da Região Centro-Sul, motivo pelo qual, por justiça, são os organizadores, Grupo de Jovens JUNIFRA e a Pastoral da Juventude/Setor 7, de Irati, merecedores da homenagem.

#### REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, tendo em vista as exposições realizadas pelas lideranças agropecuárias e autoridades federais ligadas à questão agrícola, propõe a adoção de moção às autoridades federais, notadamente o Senhor Presidente da República, Presidentes do Senado e Câmara Federal, Ministros de Estado vinculados e outras, nos termos anexos.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) ANIBAL KHURY

#### MOÇÃO AO GOVERNO FEDERAL

CONSIDERANDO a situação da agropecuária brasileira, em especial aos Estados produtores como o Paraná, com as operações de financiamento rural paralisadas em pleno período de comercialização da safra de verão, o que leva à queda de preços e comprometimento da renda dos produtores e da economia regional;

CONSIDERANDO a inviabilidade de aplicação dos atuais mecanismos de correção dos financiamentos, caracterizados pela Taxa Referencial, diante da realidade de correção dos preços mínimos de produtos agrícolas em níveis inferiores àqueles encargos, o que torna insuportável a situação dos agricultores em geral, de suas cooperativas e das empresas agrícolas;

CONSIDERANDO que o Brasil não construiu um sistema de comércio exterior capaz de proteger sua agropecuária da concorrência externa de produtos subsidiados e financiados pelos países de origem, prejudicando em especial o algodão e o trigo de produção paranaense, gerando desempregos, descapitalização do setor produtivo e êxodo rural;

CONSIDERANDO a responsabilidade dos Governos de formularem a Política de Estado, tendo em vista o bem geral da sociedade e a estabilidade das soluções adotadas;

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ se dirige aos altos Poderes da República para conclamar a urgente adoção de medidas consensuais perante a sociedade, revestidas de transparência quanto aos benefícios e encargos correspondentes, que levem à superação do problema agrícola, tais como:

1. Definição de uma política agrícola de longo prazo, com fontes adequadas de crédito rural, e cobertura de taxa de juros compatível com a capacidade produtiva do setor agropecuário brasileiro;
2. Adoção de política de abastecimento que contemple a movimentação adequada das safras, liberação de capacidade de armazenagem e apoio ao suprimento preferencial do mercado com produção de origem nacional;
3. Instituição de um programa de seguro rural moderno e capaz de suportar os riscos da atividade;
4. Apoio à implantação progressiva de programas de transformação agroindustrial nas regiões de produção, de modo a assegurar o desenvolvimento e a competitividade dos Estados produtores; sobretudo diante da nova realidade decorrente dos acordos de integração no MERCOSUL.

#### REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Edson Vidal - Digníssimo Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a imediata remoção, para a Penitenciária Central do Estado ou para a Penitenciária de Londrina, dos presos já condenados existentes na Cadeia Pública de Sarandi.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência às autoridades abaixo mencionadas.

- Doutor Valdir dos Santos  
Digníssimo Juiz de Direito da Comarca de Marialva.
- Doutor Paulo Cesar Busato  
Digníssimo Promotor de Justiça da Comarca de Marialva.

- Doutor José Aparecido Jacovós  
Digníssimo Delegado de Polícia de  
Sarandi.  
Sala das Sessões, em 19.04.95.  
(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A cadeia pública de Sarandi tem capacidade para 16 presos. Porém, ali são mantidos 40 presos, muitos deles, elementos já condenados, que deveriam estar no sistema penitenciário do Estado. Em consequência disso são constantes as fugas e ameaças de rebelião.

Neste ano, foram verificadas 5 fugas tentadas naquela cadeia, sendo que no último dia 12 foi consumada a evasão de 16 presos.

Tal situação resulta num quadro altamente negativo de intranquilidade pública, medo e descrédito da população em relação às autoridades, aos políticos e ao governo.

É importante ressaltar que isso aconteceu apesar dos insistentes alertas feitos tanto pelo Juiz, como pelo Promotor e pelo Delegado daquela localidade, advertindo para o risco, fugas ou rebeliões, se não fosse resolvida a questão da superlotação daquele estabelecimento.

Há muito tempo que a imprensa vem noticiando a situação caótica de Sarandi. Inclusive o Jornal do Povo, de Maringá, na edição de 22.10.94, abordou a questão com a seguinte manchete: "Com superlotação, Cadeia de Sarandi é um verdadeiro barril de pólvora".

Diante disso, pelas razões expostas e conforme documentos em anexo, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado, a tomada de medidas o mais urgente possível, para que tais metas possam ser atingidas.

REQUERIMENTO Nº 840

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Eugênio Grandinetti - Digníssimo Juiz de Direito da Vara das Execuções Penais do Estado para que autorize, com urgência, a remoção para a Penitenciária Central do Estado ou para a Penitenciária Estadual de Londrina, dos presos condenados que se encontram recolhidos na cadeia pública de Sarandi.

Requer ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência às autoridades abaixo mencionadas.

- Doutor Valdir dos Santos  
Digníssimo Juiz de Direito da Comarca de Marialva.
- Doutor Paulo Cesar Busato  
Digníssimo Promotor de Justiça da Comarca de Marialva.

- Doutor José Aparecido Jacovós  
Digníssimo Delegado de Polícia de  
Sarandi.  
Sala das Sessões, em 19.04.95.  
(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A cadeia pública de Sarandi tem capacidade para 16 presos. Porém, ali são mantidos 40 presos, muitos deles, elementos já condenados, que deveriam estar no sistema penitenciário do Estado. Em consequência disso são constantes as fugas e ameaças de rebelião.

Neste ano, foram verificadas 5 fugas tentadas naquela cadeia, sendo que no último dia 12 foi consumada a evasão de 16 presos.

Tal situação resulta num quadro altamente negativo de intranquilidade pública, medo e descrédito da população em relação às autoridades, aos políticos e ao governo.

É importante ressaltar que isso aconteceu apesar dos insistentes alertas feitos tanto pelo Juiz, como pelo Promotor e pelo Delegado daquela localidade, advertindo para o risco, fugas ou rebeliões, se não fosse resolvida a questão da superlotação daquele estabelecimento.

Há muito tempo que a imprensa vem noticiando a situação caótica de Sarandi. Inclusive o Jornal do Povo, de Maringá, na edição de 22.10.94, abordou a questão com a seguinte manchete: "Com superlotação, Cadeia de Sarandi é um verdadeiro barril de pólvora".

Diante disso, pelas razões expostas e conforme documentos em anexo, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado, a tomada de medidas o mais urgente possível, para que tais metas possam ser atingidas.

REQUERIMENTO Nº 841

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo ao Exmo. Senhor Doutor Dante Guazzi - Digníssimo Secretário de Estado de Obras, solicitando a realização, com urgência, das obras de ampliação e reestruturação da cadeia pública de Sarandi.

Requer ainda, que da decisão do Plenário seja dado conhecimento às autoridades abaixo nominadas.

- Doutor Valdir dos Santos  
Digníssimo Juiz de Direito da Comarca de Marialva.
- Doutor José Aparecido Jacovós  
Digníssimo Delegado de Polícia de Sarandi.
- Doutor Paulo César Busato  
Digníssimo Promotor de Justiça da Comarca de Marialva.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) JOEL COIMBRA

## JUSTIFICATIVA:

A cadeia pública de Sarandi tem capacidade para 16 presos, porém, ali são mantidos 40 presos, muitos deles elementos já condenados que deveriam estar no sistema penitenciário do Estado. Em consequência disso são constantes as fugas e ameaças de rebelião.

Neste ano, foram verificados 5 fugas tentadas naquela cadeia, sendo que no último dia 12 foi consumada a evasão de 16 presos.

Tal situação resulta num quadro altamente negativo de intranquilidade pública, medo e descrédito da população em relação às autoridades, aos políticos e ao governo.

Recentemente mantivemos contato com o Exmo. Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, que prometeu empenho na agilização dessa obra. No último dia 12, em novo contato, fomos informados que o procedimento respectivo já se encontra na Secretaria de Obras.

Como a situação daquele estabelecimento prisional é caótica, pede-se o empenho do Senhor Secretário de Obras, no sentido de que sejam iniciados de imediato os trabalhos de reestruturação e ampliação de suas instalações.

## REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de proceder fiscalização nos ônibus da empresa Santo Antônio (Pinhais) e Expresso Azul (Colombo-Pinhais), tendo em vista que os mesmos estão sempre atrasados e infelizmente as pessoas idosas não são respeitadas pelos motoristas.

A reclamação está sendo feita pelos usuários dessas linhas, os quais verificam a existência desses problemas e solicitam a solução dos mesmos.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de colocar mais ônibus na linha Ferraria-Campo Largo.

O pedido está sendo feito pelos usuá-

rios dessa linha, os quais afirmam que já fizeram um abaixo-assinado para a COMEC, porém até a presente data não foi atendido.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, no sentido de tomar providências quanto ao atraso na entrega das correspondências da Rua Joanita Vernet Passos, nº 749, no bairro do Boqueirão.

A reclamação está sendo feita pela moradora desse endereço, tendo em vista que com esse problema, as contas estão sendo pagas com atraso, consequentemente com juros.

Salas das Sessões, em 19.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, solicitando que seja marcado a data para a realização do plebiscito, visando a criação do Município de Palmitópolis, com território a ser desmembrado do Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(aa) NEREU MOURA

EDGAR BUENO

## JUSTIFICATIVA:

O Deputado Anibal Khury em 21 de novembro de 1990 deu entrada no Projeto de Lei nº 473/90, visando a criação do município de Palmitópolis, com território a ser desmembrado do município de Nova Aurora. O projeto tramitou normalmente, sendo apreciado e aprovado em três sessões ordinárias regulares e em redação final. Posteriormente foi oficiado ao TRE, solicitando a designação de data para a realização da consulta plebiscitária, sendo que até o presente momento, não houve manifestação por parte da Justiça Eleitoral.

Dai a importância de nova comunicação ao TRE, até para resguardar os direitos da comunidade interessada, para que, em caso de negativa por parte do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, seja possível a interposição de recursos junto a Instâncias Superiores da Justiça Eleitoral Brasileira.

## REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública, Senhor Cândido Martins de Oliveira, solicitando ajuda no setor de alimentação, utensílios de limpeza, bem como na manutenção do Presídio Santa Maria, em Ponta Grossa.

O Presídio Santa Maria, encontra-se em situação crítica, pois os principais setores do mesmo, estão com falta de material. A alimentação também é um fator que incomoda a administração do Presídio, devido ao grande número de detentos.

Estas medidas são de grande necessidade e urgência para que o Presídio Santa Maria possa seguir sua rotina normal.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente oficial ao Exmo. Senhor Superintendente Estadual do Banco do Brasil/PR no sentido de que informe sobre o pagamento do PROAGRO aos pequenos proprietários plantadores de feijão do município de Ivaí, bem como os critérios empregados para deferir e indeferir os pedidos de cobertura respectiva.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

Há reclamações de que o Banco Central, através do Banco do Brasil, tem indeferido pedidos de cobertura pelo PROAGRO feito por plantadores de feijão, do município de Ivaí/PR, reduto de pequenos proprietários rurais, alegando situações diversas que não influenciam o resultado da lavoura, ou seja a colheita.

O agricultor planta com assistência técnica de um agrônomo, que remete laudos para o Banco sobre seu aspecto. Havendo frustração, como ocorreu nos casos atuais, por fenômenos climáticos adversos (chuvas excessivas na fase de granação e colheita), o agricultor pede o benefício e o Banco encaminha para uma periciadora credenciada. Entretanto, com chuvas excessivas e produção zero, não há o que se glossar. Porém em alguns casos o Banco estaria alegando inclusive demora na entrega do laudo para penalizar o agricultor.

#### REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER, do Governo do Estado do Paraná, es-

tudos urgentes para correção das defasagens salariais e promoção das melhorias necessárias nos vencimentos dos funcionários do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, FUNDEPAR - Fundação de Educação do Paraná e SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Requer, ainda, o envio deste expediente ao Governador do Estado, Jaime Lerner, ao Secretário de Estado da Administração, Reinhold Stephanes Júnior e cópia ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos lotados e vinculados à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e afins (SIND/SEAB), Roberto de A. Silva, à Rua Voluntários da Pátria, 475, 12º andar, conj. 1206-A Edifício Asa - CEP: 80020-926 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

As distorções nos vencimentos do funcionalismo público estadual precisam ser corrigidas. Além da implantação de um Plano de Cargos e Salários, elaborado no Governo anterior e recolhido para novos estudos pelo Governo atual, o servidor tem que contar com uma política salarial justa e definida, que lhe permita planejar o organismo pessoal e familiar. No caso específico dos servidores do IAP, FUNDEPAR e SEAB, a fome já está batendo na maioria dos lares, desesperando pais e mães de famílias em todo o Paraná.

O Governo do Estado, precisa resolver este problema. Chamar os representantes destes servidores e negociar um acordo que garanta melhorias salariais.

#### REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Hermas Brandão, Mui Digno Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a inclusão do Município de Douradina, no Programa de Habitação Rural "Vilas Rurais".

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Manoel Ribas de Oliveira, Prefeito Municipal de Douradina (Av. Rio Branco, 470); Vereador Herminio França de Oliveira Filho, Presidente da Câmara Municipal (Av. Rio Branco, 320 - CEP: 87485-000); e Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Programa de Implantação de Vilas Rurais vem de encontro à grande necessidade

de se melhorar sensivelmente as condições de vida do trabalhador rural, dando-lhe abrigo e oferecendo residência fixa no município com oferta de complementação de ganho com o cultivo de hortas em seu próprio terreno. O grande alcance social fará sem dúvida deste um dos mais importantes programas do Governo Jaime Lerner.

REQUERIMENTO N° 861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Fani Lerner, Mui Digna Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de um veículo modelo passeio para a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Alto da Sombra Novo Horizonte, de Iporã.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Salvador Caetano Silva, Prefeito Municipal de Iporã (Rua Pedro Álvares Cabral, 2677); a Vereadora Maria Aparecida Zago Udenal (Câmara Municipal de Iporã, Rua Pedro Álvares Cabral, s/n - CEP: 87560-000); ao Deputado Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Mello, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação fundamenta-se na necessidade da referida associação contar com um veículo para proporcionar atendimento de emergência em casos de doença para conduzi-los a ambulatórios e hospitais, bem como, auxiliar os idosos quando necessitam de transporte para recebimento de suas aposentadorias.

A associação em questão é composta de 276 sócios, sendo a grande maioria trabalhadores rurais volantes, empregadas domésticas e operários de baixa renda.

REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, solicitando as seguintes informações:

1. Qual a base legal para a cobrança pelo BANESTADO da taxa de serviço de R\$ 10,43 (dez reais e quarenta e três centavos), na oportunidade do pagamento do IPVA?
2. A decisão dessa cobrança é do DETRAN/PR ou do BANESTADO? Enviar cópia da mesma com a respectiva justificativa.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Recebemos denúncia sobre a cobrança acima citada e consideramos que o valor da mesma é extremamente elevado para os proprietários de veículo de maior tempo de uso e que pagam menos imposto e são onerados com percentual muito alto da taxa de serviço.

REQUERIMENTO N° 870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, que seja formulado Pedido de Informações ao egrégio Tribunal de Contas do Estado, sobre as seguintes questões:

1. Se a gratificação de Encargos Especiais, concedida aos Secretários de Estado está devidamente amparada pela legislação que rege a matéria.
2. Se o valor da referida gratificação é de livre arbítrio do Chefe do Poder concedente, ou se há limites percentuais para a sua concessão, e, se houver, em que base?
3. Se não haverá risco de as categorias funcionais atingidas pelo redutor virem a pleitear, de conformidade com o disposto no artigo 27, inciso XI, da Constituição Estadual, a elevação do teto de seus salários?
4. Se houver consulta antecipada do Governo do Estado a esse egrégio Tribunal de Contas, com vistas à implementação do referido benefício, conforme declaração do Senhor Secretário de Estado da Administração à imprensa.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

É importante ressaltar que não se questiona aqui o fato de o Governador do Estado ter atribuído gratificação de encargos especiais aos Secretários de Estado, nos índices noticiados pela imprensa, pois a ele compete a concessão de tais benefícios, desde que previstos em lei. O que nos leva ao presente questionamento é a necessidade que esta Assembléia Legislativa tem, pela própria função fiscalizatória dos atos do Poder Executivo, que lhe é inerente, de melhores esclarecimentos sobre determinadas questões que envolvem o assunto e que constituem os quisitos constantes do requerimento.

Vale frisar que a remuneração do Secretário de Estado serve como limite máximo de remuneração do funcionalismo público estadual. A Constituição do Estado em seu artigo 27, inciso XI, expressa imperativamente: "a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máxi-

mos, no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração em espécie, a qualquer título, por Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores...."

Diante do exposto, não há dúvida de que as demais categorias funcionais, cujas remunerações estão atingidas pelo redutor, virão a ser beneficiados com a medida, por força da referida disposição constitucional. Daí a preocupação de que o vultoso impacto financeiro sobre a folha de pagamento do funcionalismo público estadual, decorrente desta situação, possa acarretar em ônus insuportáveis para o Tesouro do Estado e inviabilizar aumentos já reclamados pelo Quadro Geral do Estado e pelas demais categorias de menor salário.

### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito na área que especifica, no Município de Engenheiro Beltrão, para que a população decida sobre a criação do Município de Ivailândia, desmembrado do Município de Engenheiro Beltrão, com as seguintes divisas:

- Com o Município de Ivatuba: inicia na foz do rio Claro no rio Ivaí, sobe por este até a foz do ribeirão Taquaruquê ou Ingá.

- Com o Município de Floresta: inicia na foz do ribeirão Taquaruquê ou Ingá no rio Ivaí, sobe por este até a foz do ribeirão Marialva.

- Com o Município de Itambé: inicia na foz do ribeirão Marialva no rio Ivaí, sobe por este até a foz do rio Mourão.

- Com o Município de Quinta do Sol: inicia no rio Ivaí, na foz do ribeirão Mourão, sobe por este até encontrar a divisa entre o lote 19 - Faz. Mandijuba - Imóvel Rio Mourão com o lote 14 Faz. Chapadão - Imóvel Rio Mourão.

- Com o Município de Engenheiro Beltrão: inicia no rio Mourão no encontro da divisa entre o lote 19 Faz. Mandijuba - Imóvel Rio Mourão com o lote 14 Faz. Chapadão - Imóvel Rio Mourão, deste ponto segue pela divisa entre os lotes 19, 20 e 01 da Faz. Mandijuba com os lotes 14, 06 e 01 da Faz. Chapadão, todos do imóvel Rio Mourão na direção geral Noroeste até encontrar a divisa entre os lotes 61-D, 61-C, 58-C, 58-J, 57 C1A, 58-E, 57 C1, 57-D e 56 com o lote 24, todos do Imóvel Rio Mourão, segue por esta divisa na direção geral Noroeste até encontrar o rio Tubarana, desce por este até a foz do córrego Cotia, sobe por este até encontrar a divisa entre os

lotes 48-C, 48-D, 48-B, 48, 48-A, 46-D, 44, 40-A e 42 com os lotes 58, 58-A, 74 e 40, todos do Imóvel Rio Mourão, segue por esta divisa na direção geral Noroeste até encontrar o córrego Adamantino, desce por este até sua foz no rio Claro, desce por este até encontrar a divisa entre o Imóvel Rio Mourão e a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná.

- Com o Município de Terra Boa: inicia no encontro da divisa entre o Imóvel Rio Mourão e a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná com o rio Claro, desce por este até sua foz no rio Ivaí.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) NELSON GARCIA

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 115/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União Sarandiense das Associações de Moradores - UNISAN, com sede em Sarandi e foro na Comarca de Marialva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias a esta lei.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

Apoio: Nelson Justus, Milton Pupio, Walmor Trentini e Anibal Khury.

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 16 de agosto de 1991, a União Sarandiense das Associações de Moradores - UNISAN, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, organizada para promover a integração, organização, fiscalização e o fortalecimento das associações de moradores dos bairros, vilas, conjuntos e núcleos habitacionais, jardins, favelas, distritos, localidades e povoados do Município de Sarandi, Estado do Paraná.

A entidade já é considerada de Utilidade Pública por Lei Municipal nº 597/95, de 13/03/95, do Município de Sarandi.

Pelas finalidades a que se propõe que atendem o bem-comum da população de Sarandi e pelo atendimento aos requisitos necessários é que solicito aprovação por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 116/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias a esta lei.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) JOSÉ MARCOS ALVES

Apoiamto: Nelson Justus, Milton Pupio, Walnor Trentini e Anibal Khury.

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 04 de outubro de 1978 e criado pela Lei Municipal nº 1143/76, o Clube do Vovô de Maringá é uma entidade civil de caráter recreativo e filantrópico, sem fins lucrativos, sem distinções políticas, religiosas ou raciais.

A entidade não distribui lucros, bonificações ou dividendos sob qualquer pretexto a sócios, diretoria ou mantenedores. São objetivos do Clube do Vovô promover o idoso bio-psico-socialmente, promover a convivência social dos idosos em atividades sociais, recreativas, esportivas, culturais e de ajuda mútua, através de: excursões, danças, festas, jogos, ginástica, artesanatos, bibliotecas, seminários, encontros, palestras sobre geriatria, intercâmbio com outras associações e outros.

Pelo caráter eminentemente filantrópico e social dessa entidade, que visa proteger e promover os idosos de Maringá e região, apresento o presente projeto de lei, para receber a aprovação desta Ilustre Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 117/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar, aos municípios e entidades assistenciais, os 250 veículos marca Volkswagen, tipo Kombi, ano 1993, cedidos em comodato aos mesmos, conforme documento de Termo de Cessão de Veículos por Empréstimo, arquivado no Departamento Estadual de Transporte Oficial, entregues durante os meses de dezembro de 1993 e janeiro de 1994.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.95.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei reveste-se de caráter imprescindível, tendo em vista que foram entregues 250 kombis aos municípios e diversas entidades assistenciais do Estado, sendo repassados através de Termo

de Comodato, para servirem na área de assistência social. É certo que as mesmas têm sido utilizadas efetivamente no desempenho da destinação original, contribuindo decisivamente na melhora do atendimento dos serviços oferecidos pelas diversas prefeituras e entidades, tais como APAEs, APMLs, Creches e outras.

É de se salientar, por essencial, que todos aqueles que receberam os veículos, se ao término do contrato de comodato os mesmos forem devolvidos, não terão condições de arcar com os custos de aquisição de um outro veículo para executar as tarefas hoje efetivadas, sendo certo que haverá um grande prejuízo social, face às inúmeras ações assistenciais viabilizadas através dos veículos.

Assim, a forma legal para solucionar o impasse criado, tendo em vista o relevante interesse social envolvido, é, efetivamente, a presente proposição, que aprovada, virá revestir de caráter legal a situação ora verificada de fato.

PROJETO DE LEI Nº 118/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam revalidados até 25 de outubro de 1995, os efeitos do Concurso Público de Identificador Datiloscópico, conforme o resultado do Edital nº 058/91, publicado às folhas 18 e 19 do Diário Oficial do Estado de 25 de outubro de 1991, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O escopo da proposição que ora apresentamos é a prorrogação do prazo de validade do Concurso Público de Identificador Datiloscópico até o dia 25/10/95.

A medida proposta está amparada no inciso III, do artigo 27, da Constituição do Estado do Paraná.

A Constituição Estadual também reza que: "os aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos serão convocados, com prioridade sobre novos concursados, para assumir cargo ou emprego."

Pela relevância do tema e pelo profundo senso de justiça que nele se encerra, contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para a aprovação desta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho a esta tribuna para tecer mais alguns comentários a respeito de emancipações de distritos que virão a ser municípios. Queria dizer aos Srs. Deputados, nós vemos hoje, um projeto do nosso Presidente Aníbal Khury, e sempre quando vejo um projeto que diz respeito à emancipação de um distrito, onde seu distrito que vai traçar os destinos da sua cidade, porque entendemos um distrito, enquanto for distrito, não terá vida própria, sempre estará dependendo do pai do município-chefe. E vemos um Paraná hoje que quer se expandir, que quer progredir, um Paraná que quer crescer. Uma população que quer ter acesso melhor à educação, à saúde, ao transporte, principalmente os nossos agricultores com estradas melhores, e asfaltadas, adequação de estradas. E isso só é possível quando nós vemos um distrito se emancipar do município mãe/sede.

Exemplo foi e eu digo isso aos Srs. Deputados, sou favorável e voto a favor de todo o projeto que entrar nesta Casa a respeito de emancipação política, porque senti na pele. Via, quando era Vereador de Campo Mourão e quando reivindicávamos para fazer uma estrada lá no São Domingos, lá na divisa com Nova Cantuária, na divisa com Mamborê, com Roncador onde vivamos o agricultor, e aproximadamente, 16 anos, 5 anos que não via uma motoniveladora passar para fazer a conservação da estrada para que o nosso agricultor pudesse tirar, ali, a sua safra agrícola. E dizer mais: aquelas crianças que frequentavam a Escola do São Domingos, quando foi uma patrôla fazer a conservação das estradas, as crianças até corriam, porque nunca tinham visto uma patrôla passar por ali.

E tivemos a experiência de, mais uma vez, nesta Casa, Sr. Alborghetti e devemos muito a isso, porque o agradecimento é uma coisa que não podemos esquecer. Nenhum cidadão, ninguém pode esquecer o agradecimento. Agradecemos a Deus por nos proporcionar o sol para que o nosso trabalhador possa trabalhar. Agradecer a Deus pela água que mata nossa sede. Agradecer a Deus pelo ar que respiramos agora aqui, e tudo isso de graça. É um agradecimento que faço, mais uma vez a esta Assembléia, ao Aníbal Khury, que é Presidente hoje, ao Luiz Carlos Alborghetti, mais uma vez à Irondia Pugliese, também, ao Presidente, na época, o Deputado Antônio Annibelli que sancionou a criação do Município de Luiziana.

Srs. Deputados; um município é vida nova, porque ali, o Prefeito, além de ter os recursos que é do Fundo de Participação que vem de Brasília, que é do IPI, do Im-

posto de Renda e pelo número de habitantes. Um município por mais pequeno que seja receberá um coeficiente 006. E o coeficiente menor que um município que desmembre e terá participação do ICMS do Estado do Paraná, será de 0,00,34756. Isso dará uma arrecadação em torno de 150 mil reais por mês. O município mais pequeno do Estado do Paraná tem um dinheiro a fundo perdido, porque é o dinheiro de cada habitante da sua cidade, que é o ICM e o FPM. São cento e cinquenta mil reais por mês, dá para se fazer uma grande administração em todos esses municípios que estão para ser criados e os municípios que foram criados. Desde que o Prefeito que é eleito pela população faça uma administração séria. E como se faz uma administração séria?

Aqui sabemos, o Edno Guimarães, Prefeito que foi de Cianorte, um grande trabalho que fez naquela cidade. Também o Zuk que foi Prefeito de Ponta Grossa e vemos o trabalho que foi realizado lá nos Campos Gerais. Porque quando você administra um município pequeno, jamais o Prefeito pode inchar a folha de pagamento. Ele tem que trabalhar com 18%. Trabalhei no primeiro ano, a folha de pagamento no primeiro ano, 12%. O segundo ano, 18%, o terceiro, 22% e o último ano com 29%. E fizemos realmente uma administração e graças a Deus, com apoio que tivemos da população e o apoio que esta Assembléia Legislativa deu na emancipação da lei 4.550, o Nelson Tureck está aqui hoje, junto com os Senhores Deputados, junto com o povo do Paraná para defendermos as causas maiores deste Estado rico e por este excelente trabalho numa cidade de 4 mil eleitores, hoje sou um Deputado Estadual.

Então é este o agradecimento que faço, mais uma vez deixando aqui nos microfones da Assembléia Legislativa, quando andava de gabinete em gabinete; junto com a Comissão de Emancipação, com lideranças, pedindo apoio dos Senhores Deputados e este apoio não foi negado e a este trabalho e por isso estou aqui hoje nesta Casa de Leis, numa cidade de 4 mil habitantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início desta legislatura o Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Cláudio Nunes do Nascimento, enviou expediente a esta Casa, solicitando a devolução de todas as matérias de iniciativa do Judiciário para uma melhor análise, já que era do seu conhecimento - quero aqui dizer que ele tem toda a razão - de que tramitava aqui pela Casa várias maté-

rias de iniciativa constitucional do Judiciário e, portanto, Sua Excelência tinha que tomar conhecimento da realidade das matérias e conseqüentemente das possibilidades da sua aprovação.

Assim que fomos comunicados desta decisão de Sua Excelência tratei de pedir uma audiência ao mesmo para discutir com ele algumas questões de interesse da sociedade paranaense ligadas àquele Poder.

Estive há poucos dias conversando com o Presidente do Tribunal de Justiça e com o Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento e Sidney Zappa. A conversa foi a melhor possível. Foi a mais proveitosa possível, porque colocava a Suas Excelências que não tendo a Casa agora nenhuma matéria ligada à administração da Justiça para análise e discussão, aperfeiçoamento e aprovação; competência àquele Poder, nos termos da Constituição, decidir pelo envio de matérias prioritárias, dentre as quais algumas que aqui já se encontravam para que esta Casa Legislativa pudesse analisá-las, aprová-las e colocá-las em prática.

Uma dessas matérias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diz respeito à alteração do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado. Todos sabem que o Poder Judiciário, abaixo da Constituição, é regido pelo Código de Divisão e Organização Judiciárias. Nas gestões passadas havia um entendimento quase que uma decisão unânime do órgão especial do Tribunal de Justiça de se dividir o Código de Divisão e Organização Judiciárias em duas leis, em dois códigos. Um de divisão e um de organização. Dada a complexidade da matéria isto até agora não foi possível, mas o Estado clama por algumas alterações na atual lei de Divisão e Organização Judiciária. Por exemplo, eu, que fui Secretário da Justiça conheço profundamente a realidade prisional do Paraná.

O Paraná tem hoje em torno de oito mil presos, quatro mil estão aqui na chamada Região Metropolitana de Curitiba, no complexo penitenciário do Paraná e nas cadeias públicas da Capital; e os outros quatro mil nas cadeias públicas do interior do Estado.

Muitos desses presos, com absoluta certeza e segurança, estão pagando um preço além do que a justiça lhe aplicou durante a sentença condenatória.

E dado o fato de o governo através do Poder Judiciário, em razão das suas deficiências, que eu diria até normais, não poder dar vazão a esse grande volume de pleitos legais dos detentos que ocupam e superlotam as prisões do Paraná, o que tem acontecido ao longo da nossa história?

Tem acontecido revoltas, motins, rebeliões e muitas vezes até tragédias en-

volvendo sempre servidores públicos do Estado, quer seja da Segurança Pública, ou quer seja da Secretaria da Justiça.

Então, acho que o Paraná está hoje necessitando com a maior urgência possível que a lei de organização e divisão judiciária seja modernizada, seja alterada no sentido da sua atualização.

E neste particular é que fui conversar com o Presidente do Tribunal de Justiça e com o Corregedor da Justiça, fui pedir as Suas Excelências que encaminhem a esta Casa o mais rápido possível um Projeto de Lei visando descentralizar a execução penal do Estado do Paraná.

Não sei se os colegas sabem que temos apenas duas Varas de Execuções Penais para atender o Estado do Paraná como um todo.

Temos apenas duas Varas e dois Cartórios para atender em torno de oitenta mil processos aqui em Curitiba.

Qualquer assunto, de execução de pena de qualquer Município, o mais longínquo deste Estado, de qualquer cidadão que esteja recolhido em qualquer prisão deste Estado, para ter a sua análise devidamente apreciada tem que vir para Curitiba, obrigatoriamente.

E isso não é mais possível. Temos que levar a justiça mais perto dos cidadãos, temos que aproximar a justiça das pessoas, temos que facilitar o acesso das pessoas à justiça.

E por isso eu fui fazer este apelo ao Tribunal de Justiça, que no discurso de posse já se dizia favorável à descentralização da execução penal no nosso Estado.

Então, sugiro a Sua Excelência que ao invés de duas Varas apenas, como existe atualmente, que se crie pelo menos, mais cinco Varas nas Cinco Comarcas de entrância final do nosso Estado. Por exemplo: na de Londrina, aonde nós já temos uma penitenciária, na de Maringá, aonde vamos inaugurar nos próximos meses, uma segunda penitenciária, em Cascavel, em Foz do Iguaçu, e na Comarca de Ponta Grossa.

Todas, Senhor Presidente, de Entrância Final. Por quê apenas nessas eu sugeri? Porque a minha luta é antiga no sentido de levar a cada Comarca desse Estado, um Juizado de Execução de Pena. Como isto não é possível, tentamos então que se levasse as Comarcas de Entrância Intermediária.

Também não foi possível. E agora estamos por fim apelando que pelo menos nestas cinco Comarcas de Entrância Final a Justiça de Execução Penal se faça presente.

E o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, e esta a razão da minha presença aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados foi prontamente receptivo a essa nossa sugestão.

Disse-me Sua Excelência "se alguém tem autoridade para vir reivindicar a descen-

tralização da Execução Penal em nosso estado é Vossa Excelência", se dirigindo à minha pessoa.

Portanto, acho que a Casa está devidamente preparada para receber esta matéria. E eu fico feliz em saber que o Poder Judiciário, ao lado do Ministério Público do Paraná, é consciente da necessidade da descentralização da Execução Penal em nosso Estado.

E nós aqui quando o Projeto chegar - espero que chegue o mais rapidamente possível - estaremos aptos, prontos, informados a dar a esta matéria a tramitação célere, rápida que ela necessita, para podermos levar a Justiça mais próxima das pessoas e fazermos com que a justiça, efetivamente, se realize neste Estado, num setor, dos mais esquecidos na nossa História, que é o setor prisional do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Nerone.

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores presentes a esta sessão.

Venho à tribuna, no Pequeno Expediente, com o objetivo de fazer uma denúncia que espero que cause a reversão deste processo que se iniciou erroneamente no Estado do Paraná, mais especificamente, no DETRAN paranaense.

Desde a década de 60, mais ou menos, 66, 67 o Governo do Paraná começou a efetuar convênios com as Universidades e com as Prefeituras para que fossem feitos exames psicotécnicos em cada cidade do Paraná. E isso tem funcionado da década de 60 até hoje, com alguma dificuldade em alguns lugares, principalmente nas Prefeituras menores que têm que contratar um psicólogo para este serviço.

Mas nos grandes centros o exame psicotécnico, efetuado pelas Universidades, é de fácil constatação que os exames têm sido feitos com seriedade.

Estranhamente, Senhores, em fevereiro passado, foi criada a Cooperativa Paranaense de Medicina de Tráfego, no dia 18 de fevereiro, de forma arbitrária, excusa, escondida, e em seguida remeteu uma carta a todos os psicólogos e aos médicos envolvidos com medicina de trânsito, dizendo o seguinte:

"Em 18 de fevereiro, através da Assembléia Geral, ficou constituída a Cooperativa Paranaense de Medicina de Tráfego, denominada COMET, com finalidade específica de prestação de serviços técnicos especializados ao DETRAN, na realização de exames de sanidade física, mental e psicotécnico.

Cumpre-nos informá-los, Senhores Psi-

cólogos e Médicos que o Convênio firmado entre as partes, DETRAN e COMET, torna esta cooperativa única prestadora dos referidos serviços, rescindindo-se todos os demais convênios".

Os convênios de três décadas com Universidades, com Prefeituras ficam rescindidos no momento em que o Governo do Estado assina um Convênio com a COMET.

No Regimento Interno desta Cooperativa, entre outras coisas tem o seguinte:

"No artigo 1º - Serão aceitos como cooperados desta cooperativa, que vai ser a única gestora dos exames psicotécnicos no Paraná, os médicos e psicólogos que vinham atuando na área de trânsito, em todo o Paraná, desde que tenham recebido carta-convite, emitida pela diretoria executiva da COMET Paraná, até a Assembléia Extraordinária, realizada em 08.04.95".

Portanto, já passou, quem recebeu o convite recebeu, quem não recebeu não tem mais direito de participar da cooperativa, a ser que posteriormente, indicado por um profissional da área, a diretoria executiva venha receber o médico ou o psicólogo para que possa efetuar os exames psicotécnicos.

Ainda um detalhe, esta cooperativa que se diz sem fins lucrativos, mas é uma cooperativa limitada, é uma empresa limitada. Essa Cooperativa pode através de Diretoria Executiva aceitar ou não o profissional.

Nós estamos a partir de um levantamento feito junto ao Estatuto Social da Cooperativa, junto a essa carta que diz que o Convênio já está firmado e que é irreversível e que portanto os médicos têm que pagar uma taxa de 50 reais, se filiar à Cooperativa, e se submeter ao Estatuto da Cooperativa.

Estamos em cima desta atitude arbitrária que vira um monopólio destinado a medir a livre concorrência na área do psicotécnico.

Estamos entrando hoje às 5:30 da tarde ou assim que acabar esta Sessão, com uma representação junto ao Ministério Público para que seja barrado tal processo, e para que seja esclarecida a população paranaense se haverá ou não um novo monopólio, mas desta vez privado, que o Estado repasse a uma cooperativa com fins lucrativos.

Um detalhe importante da cooperativa é que a Diretoria Executiva já formada, já composta, já eleita por três médicos vai receber a título de pró-labore 1% cada um do lucro bruto da cooperativa.

Essa é uma cooperativa sem fins lucrativos - é bom nos lembrarmos disso - mas os Diretores Executivos já formados, já constituídos receberão à título de pró-labore 1% do total das receitas da Co-

operativa.

Detalhamos essa representação, infelizmente não poderemos usar hoje o Grande Expediente porque já estava formado, mas detalhamos cada problema referente a isso, e denunciemos nessa tribuna que, na surdina, foi criada uma Cooperativa com o objetivo único de passar um dever do Estado, uma obrigação do Estado que estava sendo cumprido via de regra de uma boa forma através das Universidades e Prefeituras, está sendo passado para uma Cooperativa que detém todo poder na mão, concentra todo poder na mão de três dirigentes eleitos não se sabe quando, não se sabe como, e ligamos para os psicólogos envolvidos nessa área, e eles falam: "olha alguns dizem que é bom, alguns dizem que é ruim. O que sabemos é que mais um monopólio está sendo construído, aliás, a criação de cooperativa me lembra exatamente a tática neo-liberal de repasse do Estado para a iniciativa privada, isto é, a privatização do estado dessa nossa iniciativa privada que cada vez mais me surpreende pela capacidade de construção de mecanismos de extorção do dinheiro público.

Senhor Presidente, essa representação, gostaria de pedir hoje ao líder do Governo, à Bancada Governista que essa representação se tornasse sem efeito, na medida em que o próprio governo poderia no respeito ao erário público do Paraná romper esse convênio e tornar claro, manifestar claramente nos jornais as possibilidades e quem sabe de alguma forma abrir concorrência para que esse exame, esse método possa ser melhor no Paraná, mas não de forma arbitrária como está sendo feito.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados (Lê):

"Neste mês de março que passou, escrevi um artigo, sob o título 'LITORAL: UM S.O.S. URGENTE', que foi publicado no jornal 'Indústria & Comércio' e 'Folha de Londrina', nos dias 9 e 17 daquele mês, respectivamente.

Não é de meu feitio usar expressões de impacto, e muito menos tentar dramatizar uma situação.

A expressão 'UM S.O.S. URGENTE' retrata simplesmente a realidade de nosso litoral.

O Paraná, por força de seus limites territoriais, possui uma pequeníssima faixa litorânea.

E não me refiro apenas ao setor de lazer e turismo.

Falo de municípios com populações radicadas e permanentes, que ali vivem e ali

produzem riquezas para nosso Estado.

No entanto, apesar de seu grande potencial e de sua pujança, além da efetiva participação no desenvolvimento do turismo paranaense, estes municípios ficam entregues ao abandono por parte de nossos governos, com raras exceções.

A exceção dos Governos João Elísio e José Richa, poucos governadores dedicaram seu interesse efetivo por nosso litoral.

O que tem acontecido nos últimos anos, é apenas um 'remendo', que leva o título de 'Operação Praia'..., 'Operação verão'..., etc, como se estes municípios tivessem apenas 3 meses de vida, por ocasião das férias.

Estes municípios têm vida própria.

Em sua visita oficial a Caiobá, o Governador Jaime Lerner, afirmou que daria uma atenção especial ao nosso litoral.

Acredito na disposição do nosso governador. É preciso que o Governo tenha um plano, e se não o tiver, que o elabore, visando o atendimento especial a estes municípios e à sua gente laboriosa.

Nós sabemos muito bem, que as prefeituras do litoral se encontram despreparadas, sem equipamentos, sem recursos e em muitos casos, sem uma direção competente.

Nós sabemos muito bem, que existem alguns prefeitos de visão estreita e de cultura assa, que olham apenas para o imediatismo eleitoral. Prefeitos desprovidos de patriotismo e de amor por esta faixa maravilhosa do Paraná. As exceções são raras. E isto não pode continuar!

Cabe do Governo estadual tomar as medidas necessárias e criar mecanismos eficientes, com o objetivo exclusivo de atendimento aos municípios litorâneos.

Tomei conhecimento, segunda-feira última passada, conhecimento da proposição do ilustre Deputado Vanhoni, o qual sugere a criação de um órgão específico para esse fim.

Aliás, muito oportuna a inclusão desse projeto por parte do Deputado que casa, com esse artigo que escrevi no dia 19, no dia 9 e no dia 7 em três jornais de circulação do nosso Estado.

Inclusive conversei também sobre este assunto com o Líder do Governo Deputado Algaci Túlio, da criação de uma mini COMEC para o nosso litoral. Um órgão de planejamento com recursos e direção.

Todos sabem que sou contrário à criação desordenada de municípios em nosso Estado, sem que sejam atendidas normas mínimas para sobrevivência e manutenção dos mesmos.

Não tenho escondido isso, aqui, nesta Casa. Mas, existem mobilizações de moradores de Pontal do Sul, que assistimos aqui, também, nesta semana, até com faixas desleigantes, que repudiamos veementemen-

te.

Existem movimentos também para que se crie o Balneário de Caiobá e confesso que sou cético quanto a esses movimentos.

O que é necessário e urgente mesmo é uma mobilização do governo, para a recuperação de nossa orla.

Locais históricos, berço de nossas tradições, como Morretes e Antonina, sobrevivem a duras penas.

Antonina, por exemplo, que deve sofrer um grande impulso com a reativação de seu porto, merece ser tratada com a máxima atenção.

Foi de suas águas, que arrecadamos divisas com a exportação de madeira e do mate.

Hoje, Antonina parece uma cidade em abandono!

Guaraquegaba é Paraná, porque está dentro de nosso limites!

Mas, para as administrações que antecederam, quase não existiu!

Ontem, na "Gazeta do Povo", saiu uma nota sobre a recuperação da "Vila" de Guaratuba. A recuperação da "Vila", marco histórico da colonização guaratubana, e que sofreu há 26 anos, as intempéries da natureza, é obra de fundamental importância!

Esta recuperação traria uma série enorme de benefícios, favorecendo o trânsito, criando áreas de lazer, possibilitando também a procriação de peixes e restabelecendo enfim, o "marco zero" da cidade, onde se construiu o pelourinho e a cadeia.

Sr. Presidente, requeiro o Horário do Partido Trabalhista Brasileiro.

(Assentimento)

Aquelas pessoas intimamente ligadas a Guaratuba: Vereadores, Jornalistas - e menciono aqui jornalistas como o Caco Lacerda, o Cândido Gomes Chagas e outros tantos guaratubanos que estão lutando para ver se o Governo Jaime Lerner, se aquelas pessoas, aquelas cabeças pensantes, aqueles planejadores e os fazedores de cidade, sensibilizam-se com obras de real importância e que verdadeiramente resgatem um pouco do nosso litoral. (LE):

"Quero externar aqui a minha convicção e a minha grande confiança nos propósitos deste governo e de seu governador Jaime Lerner!

Ele sabe, e não pode permitir que uma população estável e produtiva, sofra as consequências de um abandono!

Sabemos, e o sabemos na própria carne, que os veranistas do Paraná, que demandam às nossas praias num período médio de 90 dias por ano, e que pagam impostos altíssimos, não têm um mínimo de segurança, de saneamento básico ou de conforto. Ninguém desconhece que o desenvolvimento de nosso litoral ficou estagnado, por falta de

apoio.

Quantas e quantas pequenas e até médias indústrias poderiam se instalar e se desenvolver, com o aproveitamento dos recursos nativos desta região!"

É preciso que todos nós, independente da votação que lá tivemos, Deputado Alborghetti, e Vossa Excelência que foi um dos mais votados em nosso litoral, de igual maneira, Deputado Anibal Khury, Deputado Algaci Túlio, Deputado Carlos Simões, Deputado Vanhoni e outros tantos, é preciso que nos mobilizemos para que numa arrancada histórica, criemos condições que possam oferecer um padrão de vida digno aos moradores do nosso litoral e à altura daqueles que frequentam os nossos balneários. (LE):

"É preciso que haja um exercício constante, uma provocação até impertinente em defesa dos interesses de nosso litoral, perseguindo, de mangas arregaçadas este objetivo.

Cabe ao governo a criação de mecanismos eficientes, para promover a ação e o desenvolvimento de um região tão importante e quase esquecida.

Cabe também ao Governo, promover o aproveitamento do potencial turístico desta região.

Desta forma, serão atendidas as reivindicações dos moradores de todos aqueles municípios, e mais ainda, de todos os paranaenses que utilizam o litoral, como um verdadeiro 'oásis' para seu descanso.

É preciso que o litoral receba os seus direitos e ocupe seu papel e sua importância no contexto de nosso Estado!"

É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra no Pequeno Expediente o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é rápido.

Quero parabenizar o Deputado Angelo Vanhoni, quero parabenizar o Deputado Nelson Justus, se é que ele está me ouvindo.

Deputado Nelson Justus, recebi uma esmagadora votação no litoral do Paraná, confesso que recebi votos em todas as cidades do Estado do Paraná, não teve uma cidade onde não tive voto. E foi uma eleição aonde não fiz campanha, não fiz comício. Coloquei o meu nome em praça pública e achei que prestei serviço ao Paraná, e continuo prestando, nas minhas comissões, na minha luta como cidadão, na minha luta na ação social, na área de segurança, na área da saúde, na área da educação.

E como Deputado do Paraná, tenho visto o jornalista Candinho, do "Paraná em Páginas", lutar por Guaratuba. Nunca vi um jornalista com tanta garra, com tanto

amor, acho que sai das entranhas do jornalista Candinho a vontade que ele tem de lutar por Guaratuba.

Não tenho raiva, não tenho rancor, mas sinto que o jornal "Gazeta do Povo", faz uma série de campanhas se preocupando com o litoral do Paraná, a "Gazeta do Povo" tem uma série de analistas que de vez em quando fazem umas análises frias, concretas, e que realmente deveriam preocupar os governantes deste Estado. Se Richa fez, se João Elísio fez, me perdoem: o Álvaro não fez pelo litoral do Paraná. Porque não adianta você fazer no litoral só em Caiobá. Caiobá não tem vida, não adianta transformar Caiobá em Município do Paraná, não tem condições.

Temos que nos preocupar com Guaratuba, com Matinhos, com Pontal do Sul, Praia de Leste, com toda orla marítima.

Olha, gente, acho de fundamental importância se criar uma campanha de desenvolvimento, aquela que o Deputado Angelo Vanhoni traz a este Plenário para coordenar o litoral do Paraná.

Meu Deus do céu, vejam bem, o governo só se preocupa com a segurança de Guaratuba na época que desce o Paraná inteiro, o Brasil, os turistas para Guaratuba, a polícia está lá trabalhando. Quando chega a temporada desce a "Operação praia" para Matinhos, se preocupa, Deputado Neivo, só com os três meses de praia.

Acabou o verão não existe nada. Vocês viram o que aconteceu em Matinhos?

Bandidos entraram no restaurante "Pilequinho", todos chapados de maconha, meteram a arma na cara de todos, roubaram todo o restaurante, fizeram todos ficarem de joelhos, barbarizaram o restaurante em plena Sexta-Feira Santa, com a cidade cheia de turistas.

Sabe o que aconteceu depois? Um Vereador alcoolizado de Matinhos vai e mata um jovem estudante aqui da Capital, com um tiro no peito.

Foi preso agora dentro de Matinhos uma quadrilha de ladrões de Bancos, a mais organizada do Brasil, saiu no programa do Ricardo Chab e saiu no programa Alborghetti na Rede Independência de Televisão.

Esta semana foi preso em Matinhos um grande carregamento de cocaína.

Quero dizer, não temos polícia lá em baixo, só se preocupam é com a "Operação-verão"! Põe lá o caminhão do BAMERINDUS, do BANESTADO, ficam uns loucos gritando a noite inteira e não deixam ninguém dormir! Isso para mim não é operação.

Um morador que tem apartamento em Guaratuba, escreveu uma carta para a "Gazeta do Povo", dizendo que não aguentava mais o barulho à noite. Ele descia para o litoral para descansar, para veranejar com a família, e quando chegava a noite que ele que-

ria descansar não aguentava mais os caminhões do BAMERINDUS, do BANESTADO, era carro para lá, carro para cá, uns loucos gritando, uma festa!

Isso para mim não é "Operação verão", "Operação-praia". "Operação-praia" é você ir para uma praia ter lá uma infra-estrutura completa. Não adianta só embelezar Caiobá! O Supermercado Real vai sair de Matinhos, são 200 empregos, disseram que ia para Rua Curitiba, não vai mais, não se sabe.

Temos que atrair indústrias. Por isso, Deputado Vanhoni, este seu projeto vem em boa hora. Na plataforma de Governo de Jaime Lerner, durante a campanha política, no horário do TRE, tenho guardado comigo, ele falou do objetivo de se aplicar no litoral do Paraná.

Temos que aplicar em infra-estrutura, em saneamento básico, com água, com banheiro! Não adianta vir aqui e dizer que nós, Deputados que tivemos votos lá, somos responsáveis pelo litoral. Não sou responsável por nada. Sou responsável por estar nesta Casa, para aprovar leis que venham de encontro ao litoral do Paraná! O que estamos precisando é de vontade política, é de criar vergonha na cara. Temos que ter um Secretário que vá a São Paulo, que vá ao Rio, que mostre o que é Guaratuba! Vamos aplicar no nosso litoral! Temos que ter alguém com vontade política para aplicar no nosso litoral!

O Pavan, Prefeito do PDT, ele foi Prefeito de Camboriu. Srs., Balneário de Camboriu estava acabado, esse menino, Pavan, assumiu a Prefeitura, ele foi ao Rio de Janeiro, procurou o Governador Jaime Lerner, procurou idéias, viajou para os Estados Unidos, foi buscar verba no Banco Mundial... Dêem uma chegada agora em Camboriu e vejam o que este Prefeito fez! Não é porque ele é do PDT, ele podia ser de qualquer Partido político, vejam o que ele fez. Tanto é que ele saiu Deputado Federal agora e em Balneário Camboriu ele fez 28.000 votos e o segundo fez 2.000 votos. Ele já saiu eleito de Camboriu. Isso é vontade política de trabalhar!

Não adianta aprovarmos seu projeto, Vanhoni, e ficar parado, não adianta! Temos que nos reunir, todos aqueles que são preocupados com o Paraná, não é só o litoral, temos que gerar empregos em todas as cidades do Paraná!

Agora, o Governador assumiu há 3 meses, temos que ver sua plataforma de Governo, estamos aqui, como diz o Deputado Algaci, ele está aqui como líder do Governo mas ele também aqui está para cobrar. Não adianta ele ser líder do Governo e o governador não cumprir aquilo que prometeu ao Deputado Algaci!

Então só quero deixar registrado essa minha forma de desabafo, porque no litoral do Paraná não adianta só fazer festa na praia, não adianta colocar cantores, ficar cantando a madrugada inteira enganando o povo, o que precisamos é de bons hotéis, investimentos, saneamento básico. Dá uma olhada em Matinhos vê o que estão fazendo lá, está tudo caído, dá uma olhada em Guaratuba, dá uma olhada em Praia de Leste, isso é missão do Governo do Paraná, e a sua idéia veio em boa hora, Deputado Vannoni, e a idéia do Deputado Nelson Justus, meus parabéns, Deputado, o seu pronunciamento hoje me marcou, profundamente. Não adianta a gente criar municípios sem estruturas, sem dinheiro; temos é que investir no Litoral do Paraná, temos que transformar o Litoral do Paraná, dizer que o Paraná é bom, que é lindo, que temos melhores praias do que Santa Catarina, temos as melhores praias do que o Rio de Janeiro, temos que atrair investimentos, temos que dizer que Guaratuba é a rainha do mar, temos que falar que não é só Caiobá, Caiobá vai lá agora e está tudo morto, mas Matinhos tem vida própria, vamos investir, vamos criar vergonha, vamos ter vontade política, vamos viajar, vamos lutar, vamos dizer que as praias do Paraná são as melhores do mundo, que todos podem vir para cá, e aqui vai ter realmente lazer, infraestrutura, e o mais importante, paz e tranquilidade de espírito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje estou me dirigindo aos demais Deputados por ter havido algumas reclamações do interior, mas que talvez eles ainda não estejam entendendo realmente os planos do atual Governo, do atual Secretário da Agricultura. Estão telefonando que a questão do calcário que sempre ajudou, foi um programa que se iniciou há alguns anos, inclusive hoje até uma certa teimosia da parte deles em adotar esse programa, e que eles estão acostumados a colher uma certa quantidade de 30, 40 sacos por alqueire, e com o programa eles conseguiram elevar essa quantidade até 100 ou mais sacas de feijão por alqueire. Melhorou bastante, e eles estão me cobrando, talvez haja alguma notícia circulando de que esse programa vai acabar no sentido de que eles não têm esse subsídio. Acredito que a Secretaria da Agricultura está reforçando umas questões e certamente deve dar uma resposta rapidamente.

Temos defendido bastante as associações de produtores rurais e deles é que

partiu essa reclamação, falei que vão ter o subsídio normalmente como vinha ocorrendo no governo passado. E temos defendido essas associações porque eles acharam uma fórmula - como já expliquei aqui nesse Plenário - de conseguir um resultado, de repartir melhor o que vem subsidiado em questão de semente, calcário, questão de outras tecnologias para agricultura, e eles têm repartido adequadamente para todos os componentes nessas associações, são mais ou menos umas, 20, 25 associações, que algumas mais evoluídas estão dividindo melhor o que vem do atual Governo, principalmente na questão do calcário que eles têm utilizado bastante. Como já disse melhorou bastante a produtividade daquela região.

O período atual requer mais estudos quando há melhores produções, principalmente diversificação. Temos, do Gabinete, um pessoal trabalhando exaustivamente lá na região, procurando outras alternativas, conseguimos convencer os agricultores de que fruticultura também é interessante, piscicultura também é interessante e vamos trabalhar neste sentido.

Queremos total apoio da Secretaria para esses programas. E a gente veio aqui, realmente, para defender o Secretário que a Oposição da localidade está sempre tentando jogar alguma conversa diferente em torno de que acabará o programa, principalmente esse do calcário. E sendo que a gente espera que um bom trabalho venha ser feito no interior, principalmente porque ainda temos agricultores que vão ficar lá, vão permanecer sempre nas suas localidades, bastante comunidades, bastante propriedades - 6, 7 mil propriedades só em Prudentópolis.

Um tanto proporcional em Imbituva, Ivaí, Irati a gente vem pedir que mantenha esse pessoal principalmente porque eles lá nos vão fazer muita falta no futuro e se eles vierem para as cidades maiores eles não vão retornar, isso é certo. Se adaptam a uma vida difícil aqui da cidade, mas, certamente, não vão querer voltar. E a gente quer que eles permaneçam, que fiquem por lá e que sejam apoiados também pelos Deputados. Principalmente pelos Deputados da Região Sul, que penso, todos trabalham unidos principalmente para o agricultor. Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao Grande Expediente, nos associamos ao Deputado Cezar Silvestri, de Guarapuava, que anuncia o Vereador daquela cidade, Vereador João Mendes do PTB guarapuavano.

Com a palavra o Deputado Antônio Belinati, no Grande Expediente.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A imprensa nacional tem trazido com grande destaque os debates que já começam a ser travados - em Brasília - sobre a reforma Constitucional. Inicialmente o fundo de pano está sendo a reforma econômica, tributária, tantos outros dispositivos que deverão ser alterados na nova constituição do Brasil, há uma parte importante que esta Casa não pode ignorar: trata-se da reforma partidária.

Alguns pontos através de emenda constitucional e outros, simplesmente, através de Lei Complementar. E o que o "Jornal do Brasil" estampou nessa semana, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é de que atendendo uma imposição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente do Senado - José Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados Luiz Eduardo Magalhães estão usando, ali, de um verdadeiro tráfico de influência, usando seu prestígio, a força até que é o cargo de Presidente da Câmara e o cargo de Presidente do Senado para conseguir alterar radicalmente, profundamente a lei eleitoral vigente neste País.

Anotei alguns tópicos que deverão ser modificados. Não há, ainda, uma definição clara mas está caminhando e está caminhando e muito pela palavra do Deputado Mendonça que é Presidente dessa Comissão da Reforma Partidária, a lei eleitoral será modificada.

Vejam os alguns pontos: estabelece hoje, a Constituição, que a lei eleitoral só pode ser alterada um ano antes do debate eleitoral. Então qualquer modificação na lei eleitoral para eleição de Prefeito e de Vereador do ano que vem, ela terá que estar aprovada e publicada no Diário Oficial até o dia 3 de outubro deste ano. Aí vem a primeira modificação: eles querem que a exemplo da própria lei tributária se tenha o direito de mexer na lei eleitoral até o dia 31 de dezembro do ano que precede a realização das eleições.

Pesquisa eleitoral, vai haver mudança. Alguns querem que ela seja publicada somente até 60 dias antes das eleições, mas o que a imprensa filtrou(?) é que há uma tendência dos Deputados de que pesquisa eleitoral para todas as eleições no Brasil só poderão ser divulgadas até 15 dias antes das eleições.

Uso do horário eleitoral no rádio e na televisão, aqueles pequenos partidos que se organizam, vão perder o direito do acesso no rádio e na televisão, porque de acordo com a tendência no Congresso só terão acesso ao rádio e a televisão partido que elegeu Deputado no Congresso Nacional.

Fim do segundo turno, parece ponto pacífico que para as eleições de Prefeito do

ano que vem já não teremos mais segundo turno nas eleições, ou seja, só haverá segundo turno em eleição de Prefeito nas capitais com mais de 200 mil eleitores e assim a minha Cidade de Londrina, onde hoje tem o segundo turno estaria de fora desse novo escrutínio eleitoral.

Fidelidade partidária - a lei vai ser rigorosa, implacável no tocante a fidelidade partidária. Quem não obedecer a orientação do seu Partido poderá ser suspenso, como na escola, como numa empresa, vai receber uma cartinha dizendo que está suspenso do exercício do mandato de vereador, de Prefeito, de Deputado, de governador, por um período que o Partido vai estabelecer. Ou há também, no tocante a fidelidade partidária um grupo dentro do Congresso Nacional, mais radical ainda, que quer e está trabalhando para que haja perda, perda do mandato para quem cometer infidelidade partidária.

É bom lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que dentro da fidelidade partidária, para eu poder fazer um pronunciamento, eu vou ter que primeiro procurar saber se o meu discurso não vai contrariar o grupo que manda no meu Partido. Quer dizer, isto vai acontecer com todos os Deputados. A gente vai ter que quase diariamente comparecer no Partido e dizer: Olha, estou com um pronunciamento, com um projeto, estou querendo tomar uma posição e quero ver se não vou ser punido, tachado de infiel por ter praticado a infidelidade partidária. Quer dizer, é um rigor excessivo a ameaça até da perda do mandato para os detentores de cargos públicos.

Reeleição - é ponto pacífico também pelo que a gente pode acompanhar nos jornais de circulação nacional. O Brasil vai passar a viver, a exemplo dos Países de primeiro mundo o direito de reeleição.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando estive no Japão o que pude sentir lá é que o Prefeito, o Governador japoneses, quando a gente pergunta há quanto tempo ele é Prefeito, Governador, ele estufa o peito e com orgulho diz: Olha, eu sou Prefeito aqui de Fukuoka há seis mandatos, há oito mandatos. Quer dizer, no Japão o prestígio do administrador se mede pela quantidade de mandatos que ele ocupa como Prefeito ou como Governador de um Estado.

No Brasil vai haver a reeleição, direito de reeleição por um mandato, mas há um ponto crítico porque ao mesmo tempo que eles querem permitir o direito de reeleição há um forte grupo no Congresso fazendo lobby para que no ano que vem todo o brasileiro eleja Prefeitos para o mandato tampão de apenas dois anos. Quer dizer, esses Prefeitos que terão mandato tampão, uma campanha cara, inevitavelmente será cara em todo o Brasil, o cidadão vai competir

numa acirrada disputa e o mandato de dois anos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mal dá para o administrador esquentar a cadeira que ele está sentado. Basta saber que os atuais Prefeitos já estão caminhando para dois anos e meio de mandato.

Agora, a mesma tendência no Congresso é que esse mandato tampão dará direito a quem se eleger no período de dois anos possa se candidatar a reeleição. O que vai acontecer? Fui Prefeito por quase dez anos em Londrina, e pelo o que sinto, e vai acontecer, o Prefeito Zé Maria, foi grande Prefeito de Ibiporã, conhece bem, tantos outros foram Prefeitos aqui, o Zuk.

O que vai acontecer? A pessoa vai entrar numa disputa aguerrida para ser Prefeito por dois anos, quem vai acabar levando vantagem são os Prefeitos que vão sair, porque aos olhos de uma boa parte da opinião pública o eleitor não vai entender, vai dizer: "Escute, mas esse Prefeito aqui nesse período que está aí como Prefeito não fez quase nada pela cidade e é candidato a reeleição?" Então, ele vai passar a medir o Prefeito do mandato tampão como se ele tivesse exercido o cargo na mesma quantidade de tempo daqueles que ficaram quatro anos, para não falar em Prefeitos anteriores que tiveram mandato até de seis anos. Fim das coligações para Vereador, o que está nítido também é que colocaram ponto final no direito de um Partido formar um chapão para Vereador, misturar vários Partidos, e com o pouco de voto de cada um até o Partido pequeno consegue eleger uma representação. Eles não querem mais, os nossos Deputados e Senadores, não querem mais a coligação para Vereador. E vão mais além, estão estudando inclusive a implantação da proibição de coligações também para Deputados.

Senhores Deputados, atentem bem, acabando a coligação para Vereador e para Deputados, os pequenos Partidos estarão fatalmente eliminados, vão ser banidos da vida pública do nosso País. Temos nesta Casa aqui vários Deputados que se elegeram através de Partidos pequenos que se coligaram.

Então, é importante que a nossa Assembléia Legislativa, que é uma Casa política, que é uma Casa que faz leis, onde cada um de nós temos nossas ligações de amizade, ou até de campanhas eleitorais eleitorais, com Deputados Federais e com Senadores, que não fiquemos aqui omissos. E até agora a nossa Assembléia está adormecida no tocante a uma problemática tão grande que é esta reforma constitucional, e principalmente as mudanças na lei eleitoral.

Outro assunto Senhor Presidente e Senhores Deputados, aí é que vem a rasteira dos poderosos sobre nós pequenos. Por instrução do Presidente Fernando Henrique

Cardoso o Senhor José Sarney e o Senhor Luis Eduardo Magalhães trabalham, e estão muito empenhados, e já estão comemorando um eventual sucesso nessa investida porque o Presidente está alegando que está difícil governar o Brasil porque tem lá quinze pequenas lideranças no Congresso, acerta aqui, desacerta ali, se entende com essa liderança para votar a favor de um Projeto, na dificuldade com a outra.

Então, o Presidente Fernando Henrique, numa intenção ditatorial, ele que já viveu até no exílio, o que ele quer trazer Deputado Beraldin? Olha a investida do Fernando Henrique, do Luiz Eduardo Magalhães e do José Sarney, com a nova reforma Partidária, com a nova reforma política, com essa mudança toda que o Congresso está fazendo só vão sobreviver no Brasil os Partidos Políticos que tiverem 5% dos votos em todo o Brasil pelo menos. Entendam os Senhores Parlamentares, Partido Político que não tenha conseguido o mínimo de 5% dos votos em todo o território nacional estarão simplesmente extintos. E o noticiário é o seguinte: que o próprio Partido, ao qual pertengo, o PDT, vai ser varrido, vai ser eliminado; o PP do Alvaro Dias, está lá no noticiário, vai ser expurgado também da vida Política, um Partido grande como o PP, como o PL, como o PDT. De acordo com o noticiário da imprensa nacional vão sobreviver apenas o PMDB, o PSDB, o PFL, o PT. Senhores, e os demais Partidos? Acho que é uma medida injusta, prepotente, violenta, agressiva dos nossos legisladores que estão em Brasília representando o Paraná e os demais Estados da federação brasileira.

Hoje estamos trazendo com um alerta a esta Assembléia Legislativa, se ficarmos acomodados, nós que somos dos pequenos Partidos, mas Partidos que têm o respaldo de uma grande faixa do eleitorado brasileiro, corremos um sério risco, a partir do ano que vem, de termos que nos socorrer em outra legenda para podermos nos abrigar.

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito. Aliás Vossa Excelência também, acontecendo isso deixaria de ser Deputado, e isso é injusto.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado Belinati, estou acompanhando atentamente seu pronunciamento, e gostaria de fazer uma sugestão com a participação dos demais companheiros desta Casa no sentido de que não ficássemos omissos a este movimento político que acontece no País e que fizéssemos uma comissão partidária e convocássemos os Deputados Federais, eleitos pelo Paraná, para que aqui viessem para discutirmos a situação eleitoral deste País.

Assim eles também poderiam ouvir as sugestões que pudessem ser feitas por nós, Deputados do Estado do Paraná.

Então gostaria de fazer esta sugestão, a enriquecer este seu comentário que nos deixa preocupados, porque poucas pessoas vão definir aquilo que eles querem e não aquilo que a maioria do País quer.

Acho que os paranaenses, eleitos com o voto do Paraná têm que estar aqui na Assembléia e dizer a nós a situação real. Que se fizesse aqui um encontro entre Deputados federais e estaduais e que levassem daqui as sugestões partidárias.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, nobre representante de Ponta Grossa. Deputado Jocelito.

É importante que esta Casa esteja vigilante e porque caso contrário nossos congressistas vão entender que estamos até apoiando estas medidas que eles vão tomar lá e que nada mais é do que uma acomodação do Senhor Fernando Henrique, de uma vontade de manipular, com maior facilidade, com mais trânsito o Congresso. Porque sabemos que é uma imposição do Presidente, ao pedir esta reforma partidária é exatamente acabar com os pequenos.

Então o Presidente acertaria lá com 4 ou 5 lideranças e ele estaria com o comando total do nosso Congresso.

Concedo o aparte ao nobre Líder do PSDB, Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Belinati, tenho visto que o Senhor tem sido um opositor, até muito eficiente, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas o que tenho sentido é o seguinte, acho que existe uma consciência que nenhum País, principalmente os de primeiro mundo, não há como conviver com quarenta, cinquenta partidos, nenhum dos países que pregam a democracia conseguem conviver com quarenta, cinquenta partidos políticos, até porque muitos partidos, isso temos assistido ao longo da história política no Brasil, principalmente nos últimos anos quando foi reimplantado a democracia no Brasil, que muitos partidos são criados como partidos de aluguel. Acho que realmente precisa ser feito uma reestruturação partidária. Lógica que quando se lança uma proposta para isso cabe-se emendas que podem melhorar os Projetos originais, há necessidade e acho que temos que realmente definir em torno de oito, dez partidos como a grande maioria dos Países de primeiro mundo, acho que não podemos mais continuar com quarenta, cinquenta partidos que realmente não há como governar um regime democrático com quarenta, cinquenta partidos.

O SR. ANTONIO BELINATI - Muito obrigado, nobre Deputado Cezar Silvestri, mas lembrando o nobre Parlamentar que o próprio PSDB até pouco tempo atrás estaria banido da vida pública brasileira se fosse prevalecer a vontade de hoje, do atual Presidente da República. Acho que partidos que têm parlamentares eleitos pela vontade do povo não pode ser eliminado pela vontade dos nossos congressistas. Mas, quero, acatando a idéia do nobre Deputado Jocelito, acho que poderíamos formular convite aos nossos Deputados e Senadores para quem sabe numa segunda-feira pela manhã, facilitando até a viagem deles para Brasília que eles venham discutir conosco para conhecer qual é a posição da Assembléia Legislativa através dos vários partidos com assento nesta Casa de Leis.

Senhor Presidente era o que tínhamos, obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Grande Expediente passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PSDB. (Declina).

PPR. (Declina).

PP. (Declina).

PMDB. Concedemos a palavra ao Deputado Caíto Quintana, antes de conceder anunciarmos e associamos a presença ilustre do Prefeito de Juranda, Miritinho, presença essa anunciada pelo Deputado Nelson Tureck.

Com a palavra o ilustre Líder Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Estamos encaminhando à Mesa no dia de hoje um pedido de informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Um pedido de informações no sentido de orientação sobre a questão legal do aumento concedido a título de gratificação aos Senhores Secretários de Estado. Quero que V. Exas., Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, entendam que reconhecemos o salário baixo dos Senhores Secretários do Estado, a necessidade de que tenham uma remuneração mais condigna com a função, no entanto nos preocupa as consequências que eventualmente possam ocorrer deste aumento concedido da forma como a imprensa tem noticiado.

Queria que V. Exas. acompanhassem o teor do requerimento para que tivessem uma idéia de que o que nos move é nos precavermos contra um eventual comprometimento da capacidade do Estado de recuperação dos salários mais aviltados dos funcionários públicos devido ao que eu interpreto até certo ponto impensada.

Nosso requerimento ao Tribunal de Contas formula-se da seguinte forma: "Primei-

ro - Se a gratificação de encargos especiais concedidas aos Secretários de Estado está devidamente amparada pela Legislação que rege a matéria. Segundo: Se o valor da referida gratificação é de livre arbítrio do chefe do poder concedente, ou se há limites percentuais para sua concessão, e se houver com que base." Por que isso? Porque, eu não sei, me parece que nos salários, nos vencimentos dos servidores, se o salário é de mil reais me preocupa saber se a concessão de uma gratificação pode ficar ao livre arbítrio do poder concedente, se ela pode ser de 3, de 4, de 5 ou de 10 ou se tem limite. Se é um percentual "x" sobre o salário-base ou não. E todos sabemos que a concessão da gratificação aos Senhores Secretários elevou o salário dos Secretários em duzentos e quarenta e poucos por cento. Não sei se a legislação permite esse livre arbítrio a quem concede, de conceder uma gratificação ilimitada de acordo com a sua vontade.

O terceiro questionamento é o que me preocupa e diz respeito às próprias manifestações dos Senhores Deputados, de sustentação do Governo de recuperação salarial das categorias mais sofridas de vencimentos no Estado do Paraná.

A pergunta três é a seguinte: Se não haverá risco de que as categorias funcionais atingidas pelo redutor virem a pleitear, de conformidade com o disposto no art. 27, inciso 11 da Constituição Estadual a elevação do teto do seu salário. Por que digo isto? Notem os Senhores o que determina o art. 27, inciso 11, da Constituição do nosso Estado do Paraná. Ele diz, textualmente: "A Lei fixará o limite máximo e a relação dos valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados como limites máximos no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração - em espécie - a qualquer título". Em espécie, em dinheiro. "A qualquer título, por Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores". Portanto, o limitador constitucional do maior cargo do Poder Executivo é regido não por lei ordinária estadual. É regido pela Constituição, que é o maior salário pago ao Secretário.

Se temos hoje um redutor que esteja em três ou em quatro mil cruzeiros, se o salário do Secretário for a 6, automaticamente, parece-me, puxará o redutor da magistratura, do ministério público, da procuradoria, dos delegados, de todas as categorias atingidas pela isonomia de vencimentos com o redutor. Isso poderá fazer com que se eleve substancialmente o comprometimento da receita do Estado em cima desses salários, que são os maiores do Estado, em detrimento à possibilidade de se conceder, por exemplo, aos professores ou

ao quadro geral do Estado um aumento maior do que aquele que está recebendo hoje.

Temos lido pela imprensa que o índice de comprometimento da folha já está em 70%, aproximadamente. Criamos aqui, nesta Casa, 417 cargos, dos quais 70 a 80% são DAS. Aprovamos nesta Casa, já, um aumento pela média dos aumentos dados pelo Governo para a magistratura. O que também acaba puxando os cargos que estão com isonomia pelas carreiras jurídicas. Estamos no Estado do Paraná devendo um aumento ao quadro geral. Porque quando foi encaminhada uma matéria que dava um aumento diferenciado ao quadro geral, ela foi retirada aqui da Casa. Ela tinha um percentual de 65%, foi retirada sob a proposta de que nos primeiros meses de governo se mandaria uma mensagem de recuperação de salário. A mensagem que veio manteve o quadro geral em 10%, 15% para a Polícia e 25% para o Professor.

Portanto, estamos devendo a estas categorias que menos ganham um aumento de equiparação salarial. Se levamos o redutor para o teto de 6 mil, Deputados, estamos descumprindo uma outra lei, que é a que diz que a menor e a maior remuneração do Estado não pode ser maior de que vinte vezes. E aí estamos levando essas diferenças pra mais de vinte vezes.

Como isso não passou pela Assembléia, não foi lei aprovada, foi uma determinação do Executivo, gostaria de ter essa resposta até para que o próprio Poder Executivo pudesse meditar sobre esse aspecto. Porque não é a primeira vez que vem a esta Casa, por orientação de algumas Secretarias de Estado, posições de leis que depois são recolhidas pelo próprio Governo sob alegação de que não tinha conhecimento.

Não gostaria que amanhã, o Governador Jaime Lerner, viesse através de seus líderes, ou através da imprensa ter que dizer ao Paraná uma vez mais que não tinha tomado conhecimento, não tinha sido alertado para este problema que a Constituição nos diz. E falo isto, Senhores Parlamentares, como quem esteve três anos e meio à frente da chefia da Casa Civil no Governo anterior.

Durante todo aquele período quisemos levantar o salário de Secretário, porque realmente é um salário baixo. Não encontramos a forma jurídica de poder fazê-lo, exatamente porque a Constituição Federal e a Constituição Estadual coloca o salário de Secretário como o teto máximo a ser recebido pelos servidores do Estado ou da Federação, no caso os Ministros.

Portanto, é complicado. Tenho certeza absoluta que em mantendo isto, dentro de pouco tempo poderemos ter uma carroçada de ações em juízo daqueles que estão sendo descontados no teto do redutor nos seus

salários, delegados e tantos outros, pedindo a isonomia, a mesma isonomia concedida aos Secretários, porque é a Constituição que dá o limite disto que está acontecendo.

Portanto, vamos encaminhar este requerimento. Gostaria que fosse trazida uma explicação convincente para que tivéssemos a tranquilidade de saber que não estamos por omissão comprometendo a possibilidade de se dar aumento aos servidores que menos ganham.

Da mesma forma, Senhor Presidente, gostaria de pedir às lideranças partidárias, parece-me que quase todas indicaram os representantes da Comissão da CPI do Bingo e quero chamar a atenção aqui, nobre Presidente Anibal Khury, a atenção para um detalhe só para que os Senhores meditem: o quanto estamos correndo o risco de deturpação da chamada Lei Zico.

Tem uma entidade ou um clube, não sei o que, que inventou o Disque Prêmio. Esse Disque Prêmio é distribuído em todos os jornais de circulação nacional, Deputado Elio. Não precisa nem pagar no Correio, porque ele é por telefone e fez-se uma publicidade enorme de 20 mil prêmios no Disque Prêmio. Entre eles, caminhonete D-20, 6 Peugeot, 40 geladeiras, não sei quantos freezers, não sei o que mais, depois boné, apito, panela de pressão que apita, não sei o que. O que acontece? Em qualquer parte do Brasil, não precisa ir ao Banco.

Os nossos filhos, as vezes motivados pela campanha publicitária, pegam aquele papel, discam o número e lá, quem recebe, vai nos passar para um outro telefone e vai dizer se a sua cartela, dado a senha, se você ganhou ou não um prêmio, e normalmente você vai ganhar uma penela que apita, um boné ou coisa semelhante. Cada ligação dessa está custando hoje R\$ 8,40 a R\$ 14,50. Portanto, até mais caro que as cartelas que se vende nos bingos convencionais.

Isso não tem outra palavra. Isto é um estelionato. E lhes digo por que, Senhores Parlamentares. Porque quando está se ligando de qualquer parte do Brasil para este número está sendo induzido de que se está disputando 20 mil prêmios. Ninguém diz quantos prêmios já foram sorteados, Deputado. Daqui a pouco estou ligando, pensando em 20 mil prêmios, mas a C-10 já saiu, os carros Peugeot já saíram, as televisões já saíram, os freezers já saíram, só tem mil, dois mil bonés e estou ligando na falsa ilusão de que estou disputando um número que tem 20 mil prêmios, que eu possa ser contemplado com uma caminhonete D-20.

Não podemos permitir o desvirtuamento dessa Lei Zico, sob pena de perdermos o

controle total. Amanhã, 4 ou 5 pessoas aqui do Paraná se reúnem, alugam um número na TELEPAR e criam um Disque Prêmio, desvirtuando completamente a lei. Precisamos regularizar. Todos percebemos que está existindo um enxugamento de dinheiro em circulação no nosso país. Qualquer um de nós percebe isto.

Ora, em todo o momento de falta de recurso, assoma na pessoa o desejo de tentar conseguir o que ele não compra com o escasso dinheiro, através de jogo e está aflorando desordenadamente casa de bingo, outras formas de sorteio numérico, prejudicando a essência daquilo que a lei procurou, que é o incentivo ao esporte amador.

Quero deixar claro, Deputado Spada, que esta CPI não nos move o desejo de prejudicar qualquer bingo que esteja dentro da lei, que esteja cumprindo o requisito de apoio ao esporte amador. Mas quer essa CPI não permitir em nome desta lei uma picaretagem e o lucro indevido de alguns em detrimento de uma falsa idéia de estar apoiando o esporte. É importante essa...

O Sr. Sérgio Spada - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Caíto, essa CPI tem neste momento um papel muito importante para investigar o que está acontecendo com os bingos, principalmente aqui no Estado do Paraná. Na verdade, quando foi aprovada a Lei Zico pelo Congresso Nacional, o objetivo dessa lei, que é nobre, que era incentivar o esporte, o esporte amador, virou um instrumento para enriquecimento de alguns espertos.

Vou citar o caso específico da minha cidade, Foz do Iguaçu. Lá tem dois bingos, um dos quais é de proprietários, de redes de bingos no Estado do Paraná, que usam como fachada um clube, Clube do Amaral, Catarata Show Bingo, alguma coisa assim que existe lá em Foz do Iguaçu. Já procurei de todas as formas descobrir quem seria esse tal de Clube do Amaral que teria sede aqui em Curitiba, que empresta o nome para a exploração desse bingão, e não consigo achar o que é o Clube do Amaral. Não sei se alguém tem notícia do que é esse Clube do Amaral.

A pretexto de incentivar o esporte, estão usando o nome desses clubes, que são clubes de gaveta, para que alguns espertos explorem essa mina de dinheiro que é o jogo no Brasil, e o esporte que teria que ser beneficiado, não está sendo beneficiado.

E louvo a atitude de Vossa Excelência, tomou a iniciativa de propor essa CPI, o PP já indicou um dos seus integrantes, o Deputado Annibelli, quero da melhor forma

possível colaborar para que essa CPI chegue ao final e esclareça essa aberração que virou a exploração dos bingos aqui no Estado do Paraná.

O **Sr. Algaci Túlio** - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero ser rápido e dizer que estou de pleno acordo com a sua posição. Acho que se tem alguém que tem falado nesta Assembléia ao longo dos anos a respeito da questão de bingo, da contrariedade da forma como se explora esse jogo, tem sido este Parlamentar.

Tenho debatido bastante este assunto, tenho cobrado inclusive via-imprensa dos meus meios de comunicação, e acho que temos que, ainda hoje pela manhã, eu, V. Exa., Deputado Anibal Khury, trocávamos algumas idéias a respeito dessa situação.

A Assembléia não pode ficar omissa, tem que fazer a CPI, tem que ir a fundo nesta CPI, e temos que exigir também a presença do Ministério Público, que tem um papel importantíssimo nesse processo todo aí. Nós sabemos que alguns bingos, ou quase todos eles, não se sabe qual é a origem, donde vem esse montante de dinheiro, como arrecada, para quem arrecada.

Sabemos que pagam o ISS da Prefeitura, mas e o Estado, será que estão pagando? Na verdade não estão recolhendo o ICMS. Então, é preciso na verdade que a Assembléia não fique omissa, que ela tome uma posição e que todos nós Parlamentares aqui entremos com vontade nesta CPI. Porque pagaremos um preço muito caro se esta CPI não chegar a uma posição. Precisamos na verdade trabalhar neste sentido e V. Exa. pode ter certeza que tem o apoio da Bancada do PDT, e tem o apoio do Líder do Governo também.

O **SR. CAITO QUINTANA** - Obrigado. Agradeço Senhor Presidente, por ter nos concedido esse espaço final.

O **SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)** - Angelo Vanhoni com a palavra.

O **SR. ANGELO VANHONI** - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Um documento que foi solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, autorizado pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com o Deputado Waldir Rossoni, do PDT, Partido do Governo do Estado, para a constituição de uma CPI, a respeito da SANEPAR.

Um dos motivos que nos convenceu, e foi o motivo central do convencimento do nosso Partido de que a CPI deveria ser instalada, era o fornecimento de informações e informações que vieram da própria

SANEPAR de que obras foram realizadas, no Governo passado, obras do PROSAN foram contratadas, foram pagas, chegam a ordem das empreiteiras que tiveram a responsabilidade perante o povo de Curitiba e do Paraná, de realizar uma obra essencial para o povo, que é de tratamento de esgoto, canalização de esgoto, esgoto sanitário, e canalização de águas pluviais, em convênio com a cidade de Curitiba. Obras fundamentais no que diz respeito à saúde do nosso povo, Deputado Ricardo Chab. Recursos provenientes de um longo esforço do Governo do Estado ao longo de 6 anos. A liberação desses recursos, através do Banco Mundial, não aconteceu de uma hora para outra. Demandou estudos e o esforço de dois Governos, Alvaro Dias e Roberto Requião.

No entanto, é com assombro e com muita tristeza que nos relataram que obras teriam sido contratadas pela SANEPAR, estas obras foram realizadas 5% das obras, Deputado Algaci Túlio, pena que o Deputado Waldir Rossoni não está presente, porque ele encabeça o pedido de CPI junto com o Deputado Florisvaldo Fier, 5% das obras realizadas, Senhores Deputados, e a empreiteira recebeu 98% dos recursos destinados ao cumprimento de uma obra. Não sei qual foi o critério utilizado pela SANEPAR para a liberação de recursos para uma obra tão essencial como tratamento de esgotos.

A deficiência de uma canalização de esgoto, de uma política sanitária, na capital do Estado, não quero nem me referir aos dados da Região Metropolitana, que os Deputados que têm vida política ligada à Região Metropolitana, sabem a situação dramática que vive o povo da Região Metropolitana, mas o nosso povo da Capital, pasmem os Senhores, na Capital 52% das casas da principal cidade do Estado do Paraná não têm esgoto!

Dados da Prefeitura de Curitiba, confirmados pelo Senhor Rafael Greca! E fico assustado quando assisto a demonstração dos números, a demonstração da obra, do que foi realizado e do que foi pago, por uma empreiteira da nossa cidade. Não vou dizer o nome da empreiteira, porque não é do meu feitio fazer acusação leviana aos proprietários da empreiteira.

Não vou dizer o nome dos dois proprietários da empreiteira, Deputado Algaci Túlio, mas fico assustado Deputados Algaci Túlio e Romanelli, porque a empreiteira CG, uma delas, motivo da nossa CPI, Deputado Algaci Túlio, que desejo da Assembléia Legislativa que seja instalada o quanto antes para apurar estas graves irregularidades. A empresa CG depois que a imprensa do Estado do Paraná noticiou fartamente de que a Empreiteira Avanço de propriedade do filho do Presidente do Partido da Frente Liberal, e hoje Diretor do

Banco do Estado do Paraná, estava à frente das obras do Canal Extravisor, tivemos uma surpresa, primeiro a surpresa feliz de que o Governo do Estado agiu rápido, foi eficiente, solicitou que a empresa ligada a um companheiro de campanha, a um companheiro que labutou para a vitória eleitoral para que essa empresa de propriedade do filho de Joaquim Santos Filho, Presidente do PFL se retirasse do processo do Canal Extravisor. Sabemos que o Governo agiu corretamente, e queremos que o Governo aja mais corretamente ainda, é esse o nosso desejo. Agora, não podemos entender, Deputado Algaci Túlio, e transmita ao Líder do PDT, como que temos moral, como que esta Assembléia Legislativa, como que a Bancada do PT, como que o Deputado Florivaldo Fier e os outros Deputados que assinaram esse pedido de CPI têm condições de exigir apuração de irregularidades na SANEPAR no que diz respeito a contratação de obras não realizadas e recursos públicos largamente distribuídos para o pagamento de obras não realizadas? Que condições éticas e políticas essa Assembléia e CPI vai ter se a mesma construtora CG que fraudou as verbas públicas do Banco Mundial no Projeto PROSAN está hoje conduzindo as obras do Canal Extravisor em substituição da empreiteira sem licitação, da empreiteira do filho do Senhor Joaquim dos Santos Filho.

Alguns coisa de estranho, Deputado Algaci Túlio, está acontecendo com relação as obras do Canal Extravisor. E preciso dizer claro, e o PT quer afirmar, de um lado queremos afirmar todas as irregularidades que porventura tenham acontecido e aconteçam numa empresa tão importante para o nosso povo como a SANEPAR. Por outro lado também desejamos, e acho que também é desejo de todos os Deputados desta Assembléia, que o Canal Extravisor se realize, que seja construído o Canal Extravisor. Nenhum Deputado desta Assembléia, nenhum partido deseja que as enchentes vitimem a população mais carente que vive nas periferias da Cidade de Curitiba vizinho aos municípios da Região Metropolitana, não é esse nosso desejo. Nosso desejo é que a obra do Canal aconteça, se realize no mais curto espaço de tempo.

Mas Deputado Algaci Túlio, com esse procedimento que o Governo do Estado vem dando vou lhe confessar uma coisa, vi a declaração do Governador Jaime Lerner a respeito do nosso processo perante o Canal Extravisor, de que é uma opinião política do PT, e que seria simplesmente não vou dizer "nhec nhec" que é do Nordeste, mas que o Governador Jaime Lerner quis dizer, mais ou menos, aquilo que o Fernando Henrique Cardoso disse: "O nhe, nhe, nhen do PT e da Oposição", que seja nhe, nhe,

nhen e que seja nhec, nhec. Mas Deputado Algaci Túlio, tem uma irregularidade que está patente nesse processo. As cartas enviadas pelas empresas contém os mesmos erros de português. Há um processo que paira, sobre ele, uma dúvida e uma suspeição que pode ser lançada para o Governo do Estado. Não desejo isso para o Governo do Estado do Paraná.

Acho que nenhum Deputado deseja isso para o Governo do Estado do Paraná. Não é o PDT que deseja que o Governo do Estado tenha a sua imagem e a sua idoneidade não questionada perante a opinião pública. O Partido dos Trabalhadores deseja. O Partido dos Trabalhadores tem uma missão e uma tarefa na Assembléia Legislativa: a contribuir com as ações do Governo para que o Governo tenha credibilidade perante a opinião pública das suas ações no que diz respeito à condução dos negócios públicos. É por isso que estamos levantando as críticas. Não é para fazer política, para querer desgastar a imagem do Governo. Aliás, acredito que o Governador Jaime Lerner nem sabe o que está naquele processo que foi enviado ao Partido dos Trabalhadores, e que, hoje, muitos dos companheiros já possuem vários elementos dele.

Gostaria que o Senhor levasse o processo que V. Exa. me entregou, como resposta de um Pedido de Informações do Deputado Péricles de Mello.

Que o Senhor levasse, pessoalmente, ao Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo está esgotado.

O SR. ANGELO VANHONI - Gostaria de saber se é possível usar o espaço de outra Liderança para continuar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá o Horário do PSC, o resto já foi chamado.

O SR. JOCELITO CANTO - Concedo o Horário do PSC a Vossa Excelência.

O SR. ANGELO VANHONI - Muito obrigado.

Deputado Algaci Túlio, transmita ao Governador Jaime Lerner de que o PT tem o interesse simplesmente de que o processo da realização do canal extravisor e a averiguação das irregularidades na SANEPAR sejam mais transparentes possíveis. Estamos, inclusive, levando um ofício, protocolando um ofício ao Governo do Estado contendo esse apelo de que o Governador suspenda o processo, refaça o processo. É possível fazer isso. E em três meses antes do término previsto para o atual processo, nós termos o canal extravisor realizado.

O Sr. Péricles Mello - Vossa Excelência me concede um aparte?

Algumas coisas causam profunda estranheza em nós sobre a questão do Canal Extravador. Primeiro o silêncio do Governo.

É um silêncio absurdo. A imprensa paranaense divulgou todas as indagações que levantamos, acusações que fizemos e o Governo simplesmente se cala. O Líder do Governo prometeu que estariam técnicos da SUCEAN respondendo questões na Assembléia Legislativa há 15 dias atrás e os técnicos não vieram.

O Líder do Governo prometeu que viriam a seguir e não vieram. Sabemos que foi feita uma reunião com a Bancada do Governo, com técnicos que a Bancada nada disse.

Ora, os técnicos vinham aqui não apenas para responder indagações do PT, mas para responder indagações do povo do Paraná, dos órgãos e entidades que defendem o meio ambiente que estavam preparados para esse debate e o Governo nada faz.

Silencia. Quando tenta falar, fala muito mal, como fez o Senhor Hirotoshi Taminato, num artigo presunçoso que redige no Jornal Estado do Paraná.

O técnico do Governo tem toda a presunção do mundo dizendo que só ele sabe debater canal extravasor e que tudo o mais que foi dito é coisa de ignorante.

Se expressa nos seguintes termos: Partindo da tradição antiga, a pior humilhação para um homem é ser chamado de ignorante. Não existe nada mais triste do que pessoas que pretendem discutir assuntos e fatos que desconhecem.

Ou seja, ele começa de forma presunçosa, chamando de ignorantes as pessoas que tentam discutir canal extravasor. Faz uma defesa técnica frágil do projeto e coloca coisas absurdas, eu vou ler um trecho, Deputado, do que coloca um técnico de primeiro escalão, praticamente, de segundo escalão do Governo do Estado. Ele vai explicar que a obra é emergencial, sabe por quê? Porque os recursos são emergenciais.

É absurdo, Senhores Deputados, que um técnico do segundo escalão do Governo escreva assim num artigo no Jornal Estado do Paraná, justificando que a obra é emergencial porque os recursos que foram conseguidos são recursos emergenciais e têm que ser gastos em 180 dias. Isto qualquer criança sabe que é um absurdo, e não é uma defesa, e serve àqueles que estão questionando a questão do canal extravasor.

Mais que isto, diz o brilhante Hirotoshi Taminato, o seguinte: Fundamentado nesses fatos, tomamos a iniciativa de propor ao Governador do Estado, Jaime Lerner, uma intervenção imediata, visando, dentro dos pressupostos técnicos estabelecidos pelos consultores do Banco Mundial, executar uma obra emergencial, se antecipando à

pior chuva que "sempre está por vir".

Mas que relação existe entre o canal e a calamidade pública. Nenhuma. Ele mesmo está dizendo que a pior chuva sempre está por vir. Então, qualquer obra de prevenção de enchentes no Brasil inteiro, desde que demore 180 dias, é obra emergencial porque uma chuva pior sempre está por vir. Isto é ridículo, nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, companheiro Angelo Vanhoni, é ridícula uma defesa feita nestes termos.

O caráter emergencial de uma obra é explicado pelo caráter emergencial dos recursos.

Queremos debater ou será que o Senhor Jaime Lerner acha que é o senhor do mundo, é o rei do Paraná. Será que ele não sabe que existe neste Estado um Poder Judiciário que tem independência e autonomia para julgá-lo ou será que ele está acima de todos os questionamentos? Se cala simplesmente e não dá nem resposta aos clamores não só do PT, dos Deputados desta Casa, mas também as entidades do meio ambiente do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Deputado Angelo Vanhoni.

O Sr. Ricardo Chab - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Angelo Vanhoni, quero só ser solidário as suas palavras hoje e colocar que o Deputado esqueceu do lado social.

Acho que esta questão tem que ser profundamente analisada por todos nós, principalmente pelos companheiros Deputados que foram votados aqui em Curitiba e na Região Metropolitana.

Outro dia fazendo uso do horário do PMDB, do nosso Partido, levantei a questão social. Hoje à noite tem uma reunião, inclusive, estarei lá nesta reunião com os moradores de São José dos Pinhais, são 1.200 pessoas apenas num pequeno trecho do canal extravasor que terão que sair dali a toque de caixa e quero só questionar e deixar no ar mais uma vez a pergunta: Para onde irão essas pessoas, quando irão e como serão indenizadas nos seus bens que construíram em cima dos seus lotes?

Outra coisa que quero deixar aqui em forma de indagação e de pergunta: fala-se que agora é a COHAB de Curitiba que irá gerenciar o processo da remoção dessas pessoas que habitam à margem desse canal extravasor, ou seja, a população ribeirinha.

Agora quero deixar aqui uma pergunta para que alguém me explique esta matemática da COHAB. Chamo matemática porque eu particularmente conheço pessoas que estão na fila da COHAB há cinco anos, seis anos, e a COHAB não conseguiu ainda assentar essa pessoa, arrumar a casa para essa pessoa

a toque de caixa, a COHAB vai remover perto de 1.200 pessoas do dia para a noite? Colocá-las aonde? Levá-las para onde?

Então quero e peço para que esta Casa, que o Parlamento do Paraná observe mais uma vez a questão social desta obra. Esqueceu-se que ali por onde passa o canal extravasor moram perto de 12 mil pessoas e que essas pessoas terão que ser removidas já, não ontem, já terão que ser removidas anteontem, porque iniciou-se as obras e se esqueceu da população que mora à margem.

Agora pouco o próprio Deputado Neivo Beraldin me falava: "O Jardim Santa Mônica e Piraquara, tão logo avance a obra do canal extravasor o nosso pobre coitado vai estar com a água pelo peito". Como morar na água pelo peito.

Obrigado Deputado.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Vanhoni, Vossa Excelência mais uma vez vai a esta tribuna e com muita coerência cobra na verdade questões que são na verdade, faz perguntas que devem ser respondidas. Essa questão da CPI da SANEPAR, e nós somos favoráveis que se aprofunde essa questão da SANEPAR. Se empreiteiras foram beneficiadas, rigorosamente quem beneficiou a empreiteira ela tem que ser punida, e o código penal está aí para isso. E acho até o seguinte, há fatos novos nesse artigo que o Senhor Hiroto Taminato assina, que seguramente na minha avaliação não foi ele que escreveu, até porque não é o que um técnico escreveria, seguramente é um comunicador, é um publicitário que escreveu esse artigo.

Mas há contradições aqui e fatos novos Senhor Presidente que são da mais alta gravidade, porque até hoje esta Casa aqui em todas as intervenções que o nobre Líder do Governo, o Deputado Algaci Túlio fez, e os Senhores Parlamentares que falaram sobre esta matéria, sempre se referiram ao canal extravasor como uma constante do PROSAN, com recursos do Banco Mundial.

Ora, no próprio artigo, quem escreveu esse artigo aqui diz o seguinte: que as obras executadas com o dinheiro do Banco Mundial têm os pressupostos de licitação pública, projetos, com etapas que são desenvolvidas após cumpridas negociações.

Enfim, todos os trâmites que o Banco Mundial exige para as suas obras. E daí aparece um fato novo que é visando que os recursos na verdade desse canal extravasor eles são outra coisa, são na verdade oriundos de uma verba liberada pela defesa civil através do Ministério do Planejamento da União.

Queria na verdade Deputado dizer ao senhor que nós estamos esperando sim uma

resposta do Governo a essa questão porque são fatos da maior indagação, estão mesmo expostas aqui a um fato novo, da fonte de financiamento que até hoje todos nós tínhamos como obra do PROSAN com recursos do Banco Mundial.

Muito obrigado.

O SR. ANGELO VANHONI - Agradeço os apertes. Senhor Presidente, para concluir. Gostaria de comunicar a esta Casa, fazer um comunicado e ao mesmo tempo um apelo. O apelo que faço é que o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio, tente demover o Governo deste silêncio absoluto a respeito e consiga trazer o Superintendente da SUCEAN, consiga trazer o Secretário do Meio Ambiente, os técnicos, para que venham esclarecer à Assembléia Legislativa os problemas do canal extravasor.

Quero dizer para o Deputado Líder do Governo que governar é preciso ter um pouco de humildade, é preciso ter grandeza.

Estou convencido que há setores do Governo Jaime Lerner, tenho certeza de que foi cometido um erro, que este erro não macule a imagem de todo o Governo. Há tempo para reconhecer o erro, há tempo para suspender as obras, há tempo para fazer tomada de preços, há tempo para fazer as obras até o dia 1º de setembro, um processo transparente, idôneo, com tranquilidade. Não se trata de um recuo, se trata de um ato de humildade, de grandeza do Governo de um erro cometido por setores do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência anuncia a presença do Presidente da Câmara de Marechal Cândido Rondon, Miguel Recelle e Vereador Waldir.

A Mesa anuncia a presença de Antônio Caldeira de Moura, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa e Vereador Clóvis, a convite do Deputado Duílio Genari. Vereador João Mendes do PTB de Guarapuava, a convite do Deputado Cezar Silvestri.

Com a palavra Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nos últimos dias, o jornal Estado do Paraná, através de seu editorial, fez menção ao trabalho desenvolvido pelo Secretário da Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira. Sabemos que o nosso Secretário de Segurança Pública, quando assumiu esta pasta, tem procurado desenvolver um trabalho voltado, exatamente para a segurança de nosso Estado, e principalmente de nossa comunidade. Tanto é que o próprio Secretário, o Delegado da Polícia Civil, Comandante da Polícia Militar, todas estas pessoas têm percorrido o inte-

rior do Estado, verificando, in loco, aquilo que está acontecendo, ocorrendo, em termos de criminalidade.

E a região que representamos, o Oeste do Paraná, e extremo Oeste, mais especificamente os municípios lindeiros ao Lago Itaipu, com a formação do Lago Itaipu e com a represa dessa hidrelétrica houve uma facilidade muito grande, para atuação dos marginais.

Temos sete Deputados Estaduais da região Oeste do Estado, e todos os Senhores Deputados são conhecedores do problema que atravessa a nossa região. Como já disse, a formação do lago facilitou, sobremaneira, os marginais a roubar veículos, maquinários agrícolas, ou qualquer outro objeto, principalmente dos agricultores da nossa região. Roubam, assaltam, a mão armada, famílias inteiras são presas, rendidas em suas propriedades, muitas vezes até assassinatos aconteceram na nossa região. O Governo passado até tentou resolver alguma coisa, mas, infelizmente, não saiu do papel.

O atual Secretário da Segurança Pública esteve por duas ocasiões na nossa região, uma vez no Município de Santa Helena e no Município de Cândido Rondon, mais recentemente em Toledo e em Cascavel. E ele estará, dia, 28, de novo, no Município de Guaíra. Sabemos que resolver este problema não é fácil, porque os marginais roubam os objetos, furtam aqui no Brasil, no Paraná, e em uma hora estão no lado paraguaio. E o que aconteceu, ontem à noite, mais uma vez, na comunidade do interior do Município de Mercedes, no Distrito de Arroio Iguaçu, com a família do Senhor Walmir Lins. Um agricultor bem sucedido, foi surpreendido pelos marginais. Renderam a esposa, filhos, coronhada na cabeça... levaram o trator Massey Ferguson, novo, 93, uma F-1000 e todos os pertences de dentro de sua casa! É lamentável que isso aconteça!

Acho que de uma vez por todas o Governo do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, sabemos que o Secretário Candinho, o nosso amigo, assim que é conhecido por todos, tem voltado as suas atenções para sanar este problema. Sabemos que não é fácil, mas devemos envolver a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Receita, a Marinha e se necessário, pôr o próprio Exército. E deslocar, definitivamente, um dos helicópteros que o Governo do Paraná, no passado comprou, que aliás até causou muitas dúvidas na legislatura passada sobre um possível superfaturamento havido na compra desses helicópteros, sobrevoar essa região, se necessário instalar radares no Lago de Itaipu, se necessário proibir a navegação no período noturno, o que não pode continuar aconte-

cendo é a intranquilidade que vivem esses agricultores, são dezenas de agricultores, desde Guaíra até Foz do Iguaçu que abandonaram, estão abandonando suas propriedades, estão morando nas cidades, com medo dos marginais.

Diante da situação econômica, Senhor Presidente, Senhores Deputados, conseguimos dar a volta por cima, cortamos o superfluo dentro da nossa Casa, agora não conseguimos viver mais porque não temos segurança na nossa propriedade. E infelizmente esses momentos, a região Oeste do Paraná, mais precisamente os municípios lindeiros, estão atravessando isso.

Faz necessário o Candinho, o Secretário da Segurança, um homem preocupado com os problemas do nosso Estado, já fez elogio a ele e faço novamente, não é só culpa do Secretário, porque o Secretário quer resolver, mas muitas vezes até pela própria legislação que encontramos, sabemos que existiu e já foi publicado no Diário Oficial a compra de equipamentos para exatamente dar condições para a Polícia Militar e a Polícia Civil atuarem nestas condições. Não adianta darmos Chevette, tem que dar viaturas com condições, caminhoneiro com tração nas quatro rodas, com helicópteros, com a Marinha patrulhando o Lago de Itaipu.

Temos hoje a presença, Senhor Presidente, do Presidente da Câmara de Marechal Cândido Rondon, Vereador Miguel Raicher, do Vereador Valdir S., temos a presença do Presidente da Câmara de Nova Santa Rosa, Antoninho; do Vereador Clóvis, do Vereador Arno Lang, são pessoas, lideranças políticas que saíram ontem das suas propriedades e vieram aqui hoje. Não se sabe o que vai acontecer na sua região. E isso que acontece na nossa região.

Concedo aparte ao Deputado Sâmis.

O SR. SÂMIS DA SILVA - Obrigado Deputado Elio.

Parabenizo-lhe pelas colocações. Vossa Excelência é um dos legítimos representantes daquela região, da nossa região Oeste do Paraná e que vive esse problema constantemente com a sua população, mas é preciso ressaltar, e Vossa Excelência ressaltou no seu discurso, que há grande presença do Secretário de Segurança, e o Secretário presente na nossa região, por várias ocasiões, lá em Foz do Iguaçu já esteve por duas vezes, estivemos com ele no Município de Santa Helena e Vossa Excelência, Deputado Elio Rusch, esteve presente, e o Secretário Candinho, ouvindo de todas as lideranças, lideranças políticas lá em Santa Helena, presentes, e lideranças comunitárias dos segmentos organizados de toda região Oeste, lá fizeram as suas colocações, levaram a preocupação em rela-

ção a esses problemas que vêm acontecendo no Oeste, mas sabemos que a Secretaria de Segurança, o Secretário de Segurança está atuante, sabe dos problemas, nós - eu, o Deputado Elio Rusch, o Deputado Sérgio Spada, o Deputado Colombo - temos levado a nossa preocupação com o problema de segurança, principalmente dos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu, o problema de segurança.

E são importantes as suas colocações, e o Secretário de Segurança deve persistir na tarefa de minimizar esses problemas da região Oeste do Paraná, e me associo ao seu discurso, me associo a sua preocupação, à preocupação dos moradores do Oeste do Paraná, às nossas lideranças do Oeste do Paraná, com a questão de insegurança, hoje principalmente nos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu.

**O Sr. Sérgio Spada** - Deputado Elio Rusch,

Vossa Excelência aborda um assunto importante para o Estado como um todo, mas mais importante para a nossa região.

Pesquisas mostram que a preocupação da população da nossa região não se refere a problemas de desemprego, de inflação, e tantos outros problemas que são as maiores preocupações da população de outras regiões. Na nossa região a preocupação maior é justamente a questão da segurança. Se explica, porque numa região de fronteira com dois países, temos como País fronteiro o Paraguai, onde é do conhecimento de todos, onde o crime organizado e se pratica crimes de toda ordem, o contrabando, o roubo de carros, o tráfico intenso de drogas, vivemos numa rota de tráfico de droga internacional e com isso, logicamente, a atuação dos marginais se intensifica.

Tenho defendido que a nossa região não pode ser vista como mais uma região para o setor de segurança do Estado. Temos tirado suporte de Foz do Iguaçu, de Rondon e em outras regiões que não precisam da estrutura, que precisa aquela região na área de segurança pública. Aquela região tem que ser vista como uma região especial e tratada como tal, como uma decisão de governo, uma política de governo.

Não obstante os esforços, a dedicação, a competência do Secretário Cândido Martins de Oliveira, o Governo Jaime Lerner tem que ver essa questão com bons olhos e atuar muito fortemente naquela região, para minimizar os problemas que estamos vivendo hoje, naquela área.

Teve casos de finais de semana na minha Cidade, Foz do Iguaçu, que foram registrados nove homicídios num único final de semana, Deputado Elio Rusch.

Parabenizo Vossa Excelência pela importância do assunto, solidarizo-me a Vossa Excelência e conclamo aos demais Parla-

mentares da região para que somemos força e sensibilizemos o governo para essa questão.

**O Sr. Jocelito Canto** - Só gostaria de também me solidarizar ao seu pronunciamento, eu que já morei em Santa Helena, trabalhei como radialista lá, conheço profundamente os problemas do Lago de Itaipu. Diversas ocorrências são registradas lá. Sabemos que ali é um corredor de drogas, contrabando, principalmente até transporte de carro para o outro lado em cima das balsas, clandestinamente.

Enfim, o cumprimento, quero dizer que, na condição de Deputado que já passou por aquela cidade, estou ao seu lado e o ajudarei no que for preciso para que possamos ajudar, para que haja um maior policiamento ao longo do Lago de Itaipu e que possamos, com o grande Secretário Cândido Martins de Oliveira, Dr. Candinho, que é um grande Secretário. E tenho certeza que com a participação de nós Deputados, poderemos fazer algumas melhorias no Lago de Itaipu. E gostei da idéia do helicóptero. Acho sensacional a idéia, acho que deve ser trabalhada, deve se envolver toda comunidade à beira do Lago, juntamente com nós políticos, acho a idéia sensacional e tem o nosso apoio.

Também para que os agricultores, que sei que são sofridos, que têm trabalhado naquela região, não sejam vítimas desses malandros, bandidos que assolam aquela região.

Parabéns, Deputado.

**O SR. ELIO RUSCH** - Pego mais um tempo para que pudéssemos ouvir os dois Deputados do Oeste do Paraná, que é o Deputado Colombo e o Deputado Edgard Bueno, que são os dois Deputados da nossa região.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)** - O Horário das Lideranças é improrrogável.

Vou conceder mais dois minutos para Vossa Excelência.

**O Sr. Irineu Colombo** - Quero, primeiramente, somar-me à vossa manifestação e fazer uma sugestão até de encaminhamento.

Estou aqui com uma notícia da "Folha de Londrina", que coloca a seguinte manchete: Paraguai devolve 23 carros ao Brasil. E a nossa região toda passa por esse problema dos automóveis furtados, mas ainda não se tem uma preocupação por parte das autoridades nacionais quanto aos utilitários, especialmente os tratores que são levados para o Paraguai. E a manchete traz que drogas e carros roubados são moedas correntes no vizinho país, Paraguai.

Isso é negócio da "Folha de Londrina". Foram assinados vários acordos e convênios

para a recuperação desses carros. Mas faço um pedido ao Deputado que enviemos documentos à embaixada do Paraguai e colocasse na lista não só os automóveis, mas os tratores daquela região, que valem muito mais. Porque temos que procurar auxílio, inclusive no país vizinho, o Paraguai, nesse sentido. Faço gestão, inclusive, que fosse anexado ao documento essa notícia da "Folha de Londrina".

Obrigado pelo aparte.

O SR. **Edgard Bueno (Aparte)** - Só quero usar esse pequeno espaço para agradecer a sua compreensão e a benevolência do nosso Presidente Anibal Khury e só para lhe mostrar que o Senhor não está sozinho nesta preocupação.

Muito bem colocado, muito bem explicado e temos hoje uma preocupação muito grande com o Oeste do Paraná. É uma Região que produz, que trabalha, que tem um povo ordeiro, trabalhador, e que vive hoje o terror dos marginais. É uma preocupação nacional, mas muito mais lá no oeste do Paraná aonde vemos famílias sendo prejudicadas pelo roubo e sendo agredidas pelo banditismo desses que lá percorrem para roubar os nossos agricultores.

Por isso, meu caro Deputado Elio Rusch, vamos sugerir à Secretaria de Segurança do Estado do Paraná para que faça um programa específico lá para a região de fronteira, para que venha resolver definitivamente este grande problema que temos na nossa região. Vamos solicitar à Secretaria que venha com medidas definitivas e não paliativas, porque estamos cansados de ver aqueles que produzem e que trabalham serem espoliados por esta corja de bandidos que estão aí e que infelizmente não são punidos.

Muito obrigado.

O SR. **ELIO RUSCH** - Agradecemos a todos os Deputados que com os seus apartes exatamente enalteceram sem sombra de dúvida o nosso pronunciamento e temos certeza, Senhor Presidente, para concluir, que o Governador Jaime Lerner dará um tratamento diferenciado no setor da segurança para o Oeste do Paraná, porque os assaltos ocorridos não são só nos municípios lindeiros e não só do Oeste, mas são os veículos roubados, furtados aqui na Capital, Cambé ou em outros municípios, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Sudoeste, em todas as Regiões do nosso Estado, roubam os veículos e são transportados pelo lado paraguaio, via lado Itaipu.

Temos certeza que o Governador Jaime Lerner haverá de honrar o seu compromisso assumido na campanha e aquilo que já foi anunciado depois como Governador, que a nossa região receberá um tratamento dife-

renciado no setor de segurança pública.

E este registro que temos que fazer, lamentavelmente, hoje aqui na Sessão, mas não podemos mais nos calar diante da insegurança que vivem os nossos produtores rurais.

São os médios, os grandes, os pequenos, se não bastasse só o roubo, as famílias são violentadas na presença de pequenas crianças, adolescentes, jovens e dos próprios pais e isto não podemos conceber e temos certeza que a Secretaria de Segurança Pública haverá de tomar uma posição firme e segura para definitivamente resolver esta questão.

Obrigado.

O SR. **PRESIDENTE (Anibal Khury)** - Com a palavra o Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. **SÉRGIO SPADA** - Senhor Presidente, nobres colegas Parlamentares.

Temos na Ordem do Dia de hoje no item um o projeto de lei de autoria do nosso querido, ilustre Presidente, Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a destinação de recursos e programas de assistência a menor conforme especifica.

Não obstante a nobreza da intenção do projeto, não obstante a necessidade de se discutir esse projeto, nobre Presidente, até porque alterações houveram na estrutura administrativa do Governo, por exemplo, com a divisão da Secretaria do Trabalho e Ação Social, entre Secretaria do Trabalho e Secretaria de Estado de Assuntos da Família, se faz necessária esta discussão.

Preocupa-me a forma como está querendo ser destinado esse recurso pelo projeto, que diz que serão destinados à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, especificamente para Programas de assistência social do menor.

Todos os recursos arrecadados por órgãos do Estado, através de jogos, loterias, bingões e assim por diante.

Excluindo, pelo projeto a possibilidade de repasse de recursos para a Secretaria, por exemplo, do esporte e turismo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o turismo tem sido tratado com tanto descaso neste nosso Brasil e o País perde, perde na geração de empregos, perde na arrecadação de tributos, o País perde na geração de riquezas por não explorar o potencial enorme que é o turismo, que diga-se de passagem uma das atividades que mais crescem no mundo, que gira com cerca de três trilhões de dólares por ano, gera mais de cento e vinte milhões de empregos.

Mas contrastando com esse crescimento do turismo no mundo no Brasil e no Paraná o turismo não tem tido a devida atenção. O

Paraná tem um potencial enorme para se explorar na área do turismo. Venho de uma cidade conhecida nacionalmente e mundialmente, Foz do Iguaçu, pelas atrações que tem, mas não vejo, nunca vi investimentos nem do Governo Federal, nem do Governo Estadual para fomentar essa atividade, que é muito importante para nós.

Senhor Presidente, muito embora a sua intenção seja nobre, e tem que ser relevada por todos nós, preocupação com o menor, o futuro do amanhã no Brasil, não podemos esquecer também dessas outras atividades, turismo que é o que mais me preocupa, e também o esporte, principalmente amador.

Quer me parecer, Senhor Presidente, data vênua, que o Projeto apresentado por Vossa Excelência também peca por ser inconstitucional, Projeto de Lei Ordinária 19/95, que contraria a lei complementar número 50, que tem no seu dispositivo, o artigo 2, que a distribuição de recursos competentes aos municípios será feito pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social e pela Secretaria de Esporte através de repasses recebidos no SERLOPAR.

E contraria também segundo a minha interpretação o artigo 175 da Constituição que reza o seguinte: "O Estado destinará, deduzidos os prêmios e as despesas operacionais, 50% do produto da arrecadação do concurso de prognósticos, quer dizer, loterias, bingos, de números aos Municípios para Programas de assistência social e de apoio ao esporte amador."

Não quero polimizar em cima dessa questão, mas gostaria de sugerir a V. Exa. e à Casa, para que a Casa promovesse um debate envolvendo as entidades que precisam se beneficiar desses recursos com origem nos jogos do Paraná, a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, Secretaria da Criança, para que estas fizessem sugestões à Casa e dessas sugestões fizéssemos o que é melhor para o Paraná: e para que este Projeto de Lei ordinária seja transformado num projeto de lei complementar para de forma alguma ferir leis maiores e a própria Constituição.

Era o que eu tinha a dizer e o Projeto estarei apresentando à Mesa dentro de instantes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se à Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Há uma grande diferença entre pessoas, há uma grande diferença entre governantes e há uma grande diferença entre políticos.

Acho que o que o Governador Jaime Lerner conseguiu duvido que outro governante viesse a conseguir de fazer mostrar ao Go-

verno Federal de que o Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Curitiba, passava por um momento de calamidade pública. E foi assim a credibilidade do Governador Jaime Lerner que propiciou que depois de oito anos o Governo Federal repassasse verbas para a região metropolitana. E foi exatamente em cima da questão das emergências com as chuvas que caíram em Curitiba e na Região Metropolitana no mês de janeiro. Seis dias após assumir o Governo do Estado, o Governador ainda começando a tomar conhecimento da Casa, que passou a habitar, começando ainda montar a sua equipe de Governo, vai à Brasília, leva documentos, leva fotografias, leva posicionamento, pareceres, e convence o Governo Federal que era necessário repassar verbas para atender um caso de emergência. Isto caracteriza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a credibilidade do homem, que demonstrou ao longo das três gestões, como Prefeito de Curitiba, a sua capacidade, a sua honestidade, seu trabalho, seu caráter, a sua criatividade, e a sua maneira destemida de governar uma cidade. Estava ali, naquele momento, o Governador do Paraná, quebrando um tabu de 8 anos, que governantes passados não conseguiram, provavelmente não tiveram capacidade. Não diria até a credibilidade, mas a capacidade de arrancar uma verba, naquele momento.

E o Governador Jaime Lerner conseguiu.

O Governador Jaime Lerner, com uma equipe que já o acompanhou nas gestões da Prefeitura, de homens inteligentes, capacitados e acima de tudo com responsabilidade de trabalho. Homens que fizeram desta cidade de Curitiba, muito embora alguns não queiram reconhecer, politicamente, mas no íntimo reconhecem que é uma das melhores cidades do Brasil e do mundo, para se viver!

E este homem que hoje passa a ser questionado nesta Casa, numa das suas primeiras grandes obras e até sendo citado como o "escândalo do Governo Jaime Lerner". Ora, Senhores, ora, Senhores, onde é que nós estamos? o Governador Jaime Lerner está iniciando uma obra, dentro de uma obra que o Governo passado não teve a capacidade suficiente para fazer. E sabem da última, Senhores Deputados? O Estado do Paraná é inadimplente desde 1991! Os Senhores sabiam disso? O Estado do Paraná é inadimplente desde 1991! E agora, este Governo tem a responsabilidade de recuperar a credibilidade deste Estado, e vai à Brasília e consegue este dinheiro para poder começar uma obra que está aqui! Num plano que não foi feito pelo Governo Jaime Lerner!

E aliás, tivesse sido feito pelo Jaime Lerner, talvez a Oposição, alguns iriam dizer: "Mas não precisava fazer no papel

bonito, papel ouro, tão caro, com o nome de todo mundo, do Governador, dos Secretários..." Estão aqui, olhem, é o Governo do Estado do Paraná que fez o PROSAN, aliás fez no papel, Deputado Ricardo Chab, diga às pessoas que estão lá na região, preocupadas, que quem fez o projeto do PROSAN foi o Governo passado, e damos aqui o mérito de ter feito o projeto, pena que não tenha concluído! Não tenha iniciado as obras! Porque agora nós temos que fazer, a toque de caixa, utilizando a inteligência de um Governador, de uma equipe que convence um Presidente da República a aceitar o estado de emergência, para poder fazer essas obras!

Então, Senhores Deputados, nós temos ouvido, aqui nesta Casa, o PT tem questionado constantemente, e este Parlamentar, este Governo que aí está, um Governo que não tem escondido nada, tem jogado as cartas, Vossa Excelência tem visto a minha postura, nesta Casa, Deputado Angelo Vannoni! Aqui não se esvazia Plenário para não votar Pedido de Informação... Pode ser que até um dia isso aconteça. Mas não tem sido, até aqui, a prática desse Parlamentar e dessa Bancada que dá sustentação ao Governo do Estado do Paraná. Tem aprovado todos os requerimentos de Pedido de Informações, tem respondido, tem trazido a esta Casa de Secretários, no momento certo, porque os Senhores hão de convir que temos que olhar a questão técnica, a questão política também, do momento.

Ninguém aqui é criança, ninguém aqui é bobo, e sabe o que está fazendo. Ninguém está aqui principiando, e quem está aqui, nesta Casa, tem um mínimo de inteligência para chegar até aqui! Então ninguém aqui vai passar atestado de burro para ninguém! Agora, vamos discutir a matéria, estamos discutindo, não fugimos da discussão, mas também não vamos radicalizar, porque temos a certeza, a consciência tranqüila de que o Governo está amplamente amparado dentro da legítima legalidade. Questiona o PT, com todo o direito, já procurou os caminhos inclusive, já protelou processo, já procurou o caminho da justiça. O Governo do Estado vai tranqüilamente responder à Justiça, mas primeiro o Governo vai fazer a obra que não foi feita, porque não quer daqui a uma semana, um mês que mais chuvas caiam em Curitiba, no Paraná, expulsem muita gente, percam aquelas pessoas o pouco que têm, ou que algumas pessoas moram em conseqüências das enchentes. Não vamos ser levianos aqui desta Tribuna e dizer e responsabilizar o Governo passado de culpado pelas mortes que aconteceram com as enchentes, não, não queremos isso, queremos é fazer a obra; fazer a obra com credibilidade, mostrar ao povo do Paraná que o Governador Jaime Lerner não veio para brin-

cadeira, veio para fazer um Paraná sério, para transformar esse Estado do Paraná.

Teria aqui inúmeras questões para responder aos Senhores Parlamentares, evidentemente que no meu Horário de Liderança não vai ser possível, mas não vai faltar ocasião.

Com aparte o Deputado Nelson Justus.

**O Sr. Nelson Justus** - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, realmente este é um tema que tem sido levantado aqui nesta Casa e que deveria ser amplamente debatido na amplitude, e muitas perguntas gostaria de fazer a V. Exa. durante a sua explanação porque conheço a história do Canal Extravassor, muitas coisas poderiam ser respondidas durante a sua explanação e as minhas interperlações, mas acho vital, e acho que V. Exa. iniciou muito bem falando da credibilidade, e é exatamente em cima disso que temos que calcar os nossos depoimentos. Agora, e respondo até de uma maneira rápida passando até pelo Deputado Ricardo Chab que preocupado e com muita firmeza no que diz respeito a questão social, é muito importante e está muito vivo nas nossas memórias quando o ex-Governador Requião indagado pela imprensa - que fazer Governador com essas enchentes e com esse pessoal que está aí morrendo afogado, e ele respondeu: "Quem está errado não é o rio, é essa gente que mora na beira do rio." Não vou esquecer com esse pronunciamento e dessa resposta dada pelo Governador Requião a uma interpelação por um repórter da imprensa. Ora, sabemos que o Governador Jaime Lerner é um fazedor de obras. E é o momento, ao tempo que se ficamos esperando, porque a grande maioria dos governantes quando vai à Brasília uma vez decretado estado de calamidade pública em Curitiba e na Região Metropolitana se satisfaz com uma pequena ajuda, um pequeno auxílio para compra de cobertores, de macarrão, de colchonetes e assim por diante, verdadeiros remendos para uma situação que ocorre nessa região. A partir do momento que habilmente o Governador Jaime Lerner sentiu a boa vontade e a responsabilidade da credibilidade que tem de receber um auxílio importante para que se extermine em grande parte com esse mal das inundações da Região Metropolitana: Governador, o Senhor tem condições de terminar essa obra em 180 dias, - e não vai terminar em 180 dias, vai passar um pouco de vergonha mas vai fazer a obra. Ora, eu desafio e falo aquilo como conhecedor, algumas pessoas aqui conhecem e eu avoco até o testemunho do Deputado Romanelli que conhece perfeitamente do assunto, se fosse licitada essa obra com a carência de obras que existe no Estado os empreiteiros estariam brigando até agora pelo edital na justiça,

e era empreiteiro de São Paulo, do Norte, do Nordeste e assim por diante para conseguir a obra, e perderíamos essa oportunidade é uma obra que é mínima, vamos por os pingos nos "is", é uma obra mínima de três milhões de reais, Deus do céu, tem que se iniciar a obra e tem que se terminar de uma vez por todas. O que questiono e aí concordo com o Deputado Vanhoni, porque quem faz obra é empreiteiro. Não é farmacêutico, não é agougueiro, não é político, quem faz obra é empreiteiro, é quem tem máquina. Quem está cadastrado no Governo, quem está cadastrado na Prefeitura. Esse é que faz a obra. Ora, o grande pecado talvez tenha sido, escolher uma empresa que estava em débito com o Estado. Aí concordo com o Deputado Vanhoni o questionamento desta empresa. Mas, que as cartas-convite têm de ser expedidas o mais rápido possível e que se inicie até sem projeto, porque é uma obra mínima, é um canal simples de fazer. Meu Deus do céu, se tivéssemos que fazer a licitação e aqueles que trabalham com isso sabem quanto leva um edital, quais são as exigências do Tribunal de Contas, quais são as exigências da Lei que regulamenta tudo isso. Estávamos no mês de junho e não tínhamos ainda, iniciado essa obra. Cumprimento V. Exa., Deputado Algaci, pelo início da sua explicação. Realmente a credibilidade do Governador Jaime Lerner conseguiu trazer um auxílio de Brasília - a fundo perdido - e mais do que, rapidamente, como um fazedor de obras, despreocupado com questões políticas e até pecando na escolha de quem esteja inadimplente com o Estado, mas a obra tem começo, meio e fim. E mais importante: o Governador Jaime Lerner respondeu com obra e não dizendo àquela gente que lá está que o rio estava certo e quem estava errado eram eles que moravam lá.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO - Obrigado Deputado Nelson Justus, e queria dizer que na página 30 do Programa do PROSAN, diz o seguinte: "As enchentes provocadas pelo aumento do volume das águas do Rio Iguaçu nos meses chuvosos afetam a vida de mais de 80 mil famílias na Região Metropolitana de Curitiba e comprometem a qualidade da água destinada ao abastecimento público. Para dar uma solução definitiva a esse problema, o PROSAN propõe o controle dessas cheias com medidas de caráter estruturante que permitirão o funcionamento normal das cidades mesmo quando acontecerem chuvas intensas. Esta solução está baseada na construção de obras que possibilitem um maior e melhor escoamento das águas, como, por exemplo, um canal extravasor paralelo ao rio atual, numa extensão aproximada de 15 km. E a contenção da inundação numa

faixa de terras não ocupadas por habitações, que formará o maior parque público urbano do Paraná. Esse parque terá múltiplas funções: conservação da natureza, recreação, esporte, lazer, educação ambiental."

Se o Projeto fosse do Jaime Lerner iam dizer: "Está vendo, só gosta de fazer parque em Curitiba, quer fazer no Paraná o que fez em Curitiba." Mas está aqui, o Governo do Estado que fez o Projeto.

Queria dizer em cima do que levantou o Deputado Nelson Justus. Dizer de que se estamos questionando, é esta coerência que quero dizer, Deputado Vanhoni. Se nós estamos questionando numa CPI da SANEPAR, que deve começar nos próximos dias, a credibilidade de algumas empreiteiras que trabalharam pouco e receberam muito, que trabalharam pouco e ganharam bastante, antecipadamente até. Ora, lanço aqui e vou levar a proposta ao Governador Jaime Lerner. De que esta empresa que é devedora da SANEPAR e, portanto, é devedora do Paraná, não da SANEPAR, do Paraná. E essa empresa ao final do seu trabalho no Canal Extravassor não receba enquanto não cumprir o seu trabalho que deve à SANEPAR. Acho que temos que ser coerentes. Não sou contra empreiteira, não tenho empreiteira, e também não tenho nada contra empreiteiros honestos. Meu tempo de Liderança é curto, mas vamos esmiuçar o problema do canal extravasor! A Bancada tem se mantido calma até porque está consciente da certeza de que a obra é necessária, está dentro dos parâmetros que permite a lei. Então, Deputado Vanhoni, somos responsáveis pela fiscalização do Estado. Não é por sermos da Liderança do Governo, sermos da Bancada do Governo que vamos fechar os olhos. Como se fez, aqui, em gestões passadas. Vamos cobrar isso. Vou levar ao Governador o pedido da Assembléia para que não se pague essa empreiteira enquanto não completar o seu serviço que é devedor junto à SANEPAR e que hoje obriga a SANEPAR a fazer o racionamento na cidade. É isso que quero propor aos Senhores Parlamentares.

O Sr. Jocelito Canto - Vossa Excelência permite um aparte?  
(Assentimento)

Em primeiro lugar gostaria de cumprimentá-lo, nobre Líder do Governo, pela atitude correta de não pagar quem não fez. Acho que isto está corretíssimo e mostra a seriedade do Governo Lerner.

Acompanhava agora há pouco o pronunciamento do Deputado Ricardo Chab e ele falava do lado social do canal e que várias famílias teriam que sair a toque de caixa. Mas daí parei e lembrei-me que como radialista diversas vezes eu entrevistei o pessoal ligado ao PROSAN e sei que essa

obra estava prevista no Governo passado, início do Governo passado esse caso do PROSAN. Mas ainda me lembrei de mais uma coisa: tanto se falou a respeito de sair a toque de caixa as pessoas que estão ao lado do canal. Mas me lembrei também que o nobre Secretário Estadual da Habitação naquele período era o companheiro Romanelli que está aqui.

Gostaria de perguntar ao nobre companheiro Romanelli como Secretário Especial da Habitação, que projeto foi viabilizado pelo Governo passado para que aquelas famílias que estivessem lá, ao lado do canal saíssem de lá já no ano passado e não esperasse acontecer mais uma enchente como se viu?

Então, gostaria de deixar este registro, porque é fácil dizer: Poxa, o Governo vai tirar todo mundo a toque de caixa de lá! Mas por que no passado não retiraram as famílias de lá? E se houve algum projeto e por que este projeto não foi levado adiante, Deputado Algaci Túlio?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

- Queria na verdade, Senhor Presidente, responder a indagação, aliás, jocosa que fez o Deputado Jocelito Canto sobre a minha participação no PROSAN e poderia esclarecer a este Plenário o andamento desse programa, porque é que nós queremos discutir e, aliás, demonstrar ao Deputado Algaci Túlio por que a Bancada dos Trabalhadores tem questionado e a Bancada do PMDB apóia as posições do Deputado Ricardo Chab, é justamente porque no curso do canal extravasor existem famílias, vidas, homens, mulheres, crianças. É por isso que o Governo iniciou o programa de desapropriação e compra de áreas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência não está falando Pela Ordem. Vossa Excelência está dando um aparte.

O SR. ALGACI TULIO - Gostaria de completar, Senhor Presidente, acho que a Liderança do PMDB, na próxima sessão que teremos na sequência, poderá utilizar o seu horário.

Não posso também ficar servindo aqui de trampolim para colocações. Quero fazer a minha colocação aqui, dar a minha posição neste sentido.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Dê-me um minuto do seu tempo aqui, Deputado? (Assentimento)

Queria na verdade dizer o seguinte: O Deputado Jocelito faz uma provocação, o senhor subiu a essa tribuna, o Deputado Nelson Justus, que é um Deputado preparado, encontrou o caminho para discutir a

questão do PROSAN, do canal extravasor, é esta a discussão, Deputado que é uma discussão esclarecedora que nós devemos ter, porque até hoje, Deputado, o que eu queria concluir na verdade é o seguinte: o Governo do ilustre companheiro Roberto Requião que honrou o povo paranaense, ele iniciou e, aliás, palavras também do Governador Jaime Lerner que sempre gostou de suceder o Prefeito Requião na Prefeitura e agora no Governo do Estado, pela lisura, pelas finanças públicas saneadas, pela cadeia limpa que nós entregamos ao Governador, mas sobretudo o seguinte, Deputado Algaci Túlio, nós temos que esclarecer de uma vez por todas que o que nós temos questionado é que o PROSAN tem um cronograma de execução de obras e fundamentalmente dos projetos, o projeto da obra como um todo, o projeto executivo, do modelo hidrológico, por que da forma como está sendo executado o canal extravasor não será a solução, será problema, aliás, é um grande questionamento que as entidades ambientalistas aqui da Região de Campo Largo sobre o que vai acontecer.

Queria, Presidente, só para concluir dizer o seguinte: que as famílias que estão ao longo do curso por onde passa o canal extravasor elas têm que ser relocadas e isto não poderá ser feito a toque de caixa.

O SR. ALGACI TULIO - Vossa Excelência está querendo dizer então que é irresponsável um Governo que toca uma obra e que não está preocupado com esse lado social.

Ora, meu Deus do céu, está sendo tudo preparado, já está comprado a área, agora Vossa Excelência não me peça para dizer aonde é que está essa área comprada porque amanhã ou depois ela está, Vossa Excelência sabe o que acontece, já está invadida, Vossa Excelência sabe, é da sua área, sabe o risco que se corre em dizer isso.

Então, fiquem tranquilos, Deputado Ricardo Chab, Deputado Romanelli, nenhuma família vai sair da sua área, se é área de invasão, se é área de loteamento mal permitido por prefeitos irresponsáveis, que permitiram loteamentos em áreas de mananciais, que é uma tremenda irresponsabilidade; vai arcar esse Governo com essa irresponsabilidade que não compete a ele, o Jaime vai arcar com isso. E é nessa hora que ele tem que ter a compreensão de todos.

Essa obra não vai ser tocada com irresponsabilidade, e não com ajuda, com favores para ninguém. Se alguém vai ser ajudado e vai ter favores é o povo daquela área que vai sair de uma área de risco; não empreiteiras A,B,C,D, ninguém quer saber disso Senhor Presidente. Quero tranquilizar esta Casa, o Governo está tran-

quilo, consciente da sua responsabilidade. Ele prefere até pecar por excesso, mas não pecar por omissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado José Marcos Alves, constantes do expediente, devidamente apoiados. A Diretoria Legislativa.

Antes de procedermos o início da Ordem do Dia, eu ontem adverti os Senhores Deputados para a constituição das comissões de inquérito. Volto a fazê-lo novamente baseado no parágrafo 2º do artigo 34. Os membros da comissão temporária serão designados pelo Presidente, por indicação dos líderes, ou independente dela, se no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha. Segunda-feira se as comissões não estiverem constituídas a Presidência vai designar os membros de todas as Comissões Parlamentares de Inquérito.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 21/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga a Lei nº 11.058, de 25 de janeiro de 1995. PARECER DA C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de autoria dos Senhores Deputados Angelo Vanhoni, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Péricles Mello e Doutor Rosinha com apoios dos Senhores Deputados Caíto Quintana e Irondi Pugliesi, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI Nº 021/95

Acresce ao final do art. 1º da proposição em epígrafe, a seguinte expressão:

Art. 1º - ... restaurando, concomitantemente, a Lei 9.661, de 15 de julho de 1991.

Sala das Sessões, em 18.04.95.

(aa) ANGELO VANHONI  
EMERSON NERONE  
IRINEU COLOMBO  
PÉRICLES DE MELLO  
DOUTOR ROSINHA

Apoio: Caíto Quintana e Irondi Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa concretizar a intenção do legislador, conforme sua justificativa, ou seja, revigorar a Lei 9.661, de 15/07/91, que em 25 de janeiro último foi revogada pela Lei 11.058, causando prejuízos aos corpos docente e discente da Escola Estadual Ermelino Matarazzo.

Impende ressaltar que segundo dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 2º, § 3º, "a Lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, salvo disposição em contrário". E é esta disposição em contrário que avocamos na Emenda ora apresentada.

Aprovada a Emenda.

O projeto irá à 3ª discussão.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a desapropriar área de terras em Maringá. COM PARECER DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/95, de autoria dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação, da Fundação Universidade Estadual de Maringá à União, do imóvel que especifica, destinado à criação de uma UNED/CEFET. COM PARECER DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/95, de autoria do Poder Judiciário, que cria cargos em Comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. COM PARECER DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo, com votos contrários do PT.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a destinação de recursos a Programas de Assistência ao Menor, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 07, de 21.02.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 019/95

**SUMULA:** Dispõe sobre a destinação de recursos a programas de assistência ao menor, conforme especifica.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei nº 019/95, da lavra do eminente Deputado Anibal Khury que, alterando a destinação dos recursos provenientes da Lei 8.328, de 23/06/1986; da Lei nº 8.521, de 06/07/1987; da Lei nº 9.114, de 10/11/1989; da Lei nº 10.666, de 17/12/1983; do art. 4º, parágrafo único da Lei nº 11.017, de 28/12/1994; e da Lei nº 11.035, de 02/01/1995; transfere-os para a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, mais especificamente para programas de assistência ao menor.

Reza o parágrafo único do art. 1º do projeto que o Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará a lei e procederá os ajustes no Orçamento em vigor, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do respectivo diploma.

**II - VOTO DO RELATOR**

Formal e materialmente constitucional, o Projeto de Lei nº 019/95, não evidencia qualquer óbice à sua tramitação. Não cria despesas ou novas vinculações de receitas; apenas, remaneja a sua destinação. E o faz imbuído dos mais nobres propósitos: confia à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família os recursos arrecadados através de concursos de prognósticos, sorteios diversos, entre outros, e ainda originários de taxas e/ou emolumentos.

Por isso, quanto ao mérito, o projeto é digno de louvores. A causa da criança e a da família tem lugar prioritário no Estado de Bem-Estar Social pelo qual tanto se empenha a social democracia que defendemos.

Face ao exposto, somos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 18.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BETO RICHA - Relator

Em discussão - Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)  
Senhor Presidente, há um requerimento do Deputado Caíto Quintana pedindo nos termos do Regimento a retirada por cinco Sessões deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aqui não tem nenhum requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)  
Está aqui, vou encaminhar à mesa imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai prevalecer para amanhã.

Está encerrada a discussão.

Em votação. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

O requerimento do Deputado Caíto Quintana prevalece para as próximas Sessões. Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana, conservem-se como estão. **Aprovado.** O projeto vai à Comissão de Finanças.

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/95, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.851.139,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e nove reais), aos vigentes orçamentos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade do Centro-Oeste e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. COM PARECER DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 16, de 16.03.95, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 050/95

PARECER:

Originário da Mensagem Governamental nº 11/95, o Projeto de Lei nº 50/95, aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.851.139,00 (um milhão oitocentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e nove reais), aos vigentes orçamentos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Estadual do Centro-Oeste e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, aprovados pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas relativas à manutenção das citadas Faculdades.

Procedido o exame da matéria, não encontramos impedimento algum, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional que pudessem sustar a normal tramitação da matéria ora em pauta.

Por tais fatos, emito parecer favorável, à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASILIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 050/95

PARECER:

O presente projeto, de autoria do Poder Executivo, visa aprovar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.851.139,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e nove

Curitiba, quarta, em 19.04.95

reais), aos vigentes orçamentos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Estadual do Centro-Oeste e da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, aprovados pela Lei Estadual nº 11.033, de 30/12/94, visando atender despesas relativas à manutenção das Faculdades.

Passando o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, para análise sob o aspecto constitucional e legal da matéria, nada foi encontrado que pudesse sustar sua tramitação.

Esta Comissão, ao proceder a análise sob o aspecto financeiro, conforme determina o art. 33, § 3º, do Regimento Interno desta Casa, não encontrou nada que pudesse impedir a normal tramitação do presente projeto de lei.

Pelo acima exposto, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.04.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ALBANOR GOMES - Relator

O SR. PÉRICLES DE MELLO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria elogiar a sensibilidade da Mesa desta Casa e dos demais Deputados, por aceitar o nosso pedido de Regime de Urgência para esse Projeto, porque trata-se de fundamental importância para a vida na Universidade de Ponta Grossa e demais universidades, já que dispõe de recursos, mas sem aprovação não poderiam usá-los. As universidades passam por crise, precisam de uma série de coisas para seu funcionamento. Por isso, queremos agradecer a sensibilidade da Mesa e dos demais Deputados, por incluir na Ordem do Dia de hoje este projeto de tão grande importância para as universidades.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 051/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/95, que aprova crédito suplementar no valor de 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Londrina. PARECER DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 16 de 16.03.95 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 051/95

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 10/95, o Projeto de Lei nº 51/95, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Londrina,

aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando suprir insuficiência de dotação na Manutenção do Ensino Superior da referida Universidade.

Os recursos para cobertura da programação citada, são decorrentes de cancelamento de dotações da própria entidade.

Procedendo o exame da matéria ora em pauta, não encontramos impedimento algum, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que pudessem impedir a normal tramitação do anteprojeto de lei.

Tais considerações, nos levam a emitir parecer favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 051/95

PARECER:

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.300.000,00 ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Londrina.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com § 3º, do art. 33, do Regimento Interno do Poder Legislativo, não encontrou nenhum óbice, tendo em vista que os recursos para a cobertura da programação de que trata a presente proposição são decorrentes de cancelamento de dotações da própria entidade e visa suprir insuficiência de dotação na atividade Manutenção do Ensino Superior da Universidade Estadual de Londrina.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.04.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/95, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que insere o item 2, no inciso IV, grupo D, do artigo 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, conforme específica. PARECER DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 33, de 11.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 104/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por objetivo inserir item ao regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICMS.

Chamada a opinar esta Comissão de

Constituição e Justiça, ao estudar a matéria, nada encontrou no tocante ao aspecto constitucional, legal e regimental que possa obstar a normal tramitação do presente projeto nesta Casa de Leis.

Assim sendo o parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 104/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que objetiva inserir o item "2", no inciso IV do Grupo "D", do artigo 23, da Lei n° 8.933, de 26/01/89. (Lei do ICMS).

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão sugere apenas a seguinte alteração no art. 1° do referido projeto de lei:

"Art. 1° - Fica inserido o item "2", no inciso IV, Grupo "D", do artigo 23, da Lei n° 8.933, de 26/01/89, alterada pela Lei n° 10.110, de 13/10/92, que passa a ter a seguinte redação:"

"2. cartelas de realizações de sorteios ou similares".

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, com emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 104/95

EMENDA CORRETIVA

O artigo 4° do Projeto de Lei n° 104/95, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1° de janeiro de 1996, revogando as disposições em contrário."

Sala das Comissões, em 19.04.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 039/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares.. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.: SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J... Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 39/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-o do Município de Palmas:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

"Começa na confluência do rio Iguaçu com o rio Butiá, seguindo pelo rio Butiá até sua cabeceira, daí em reta alcança a cabeceira do rio Rancho Grande, segue pelo rio Rancho Grande até encontrar o rio Chopin, seguindo pelo rio Chopin até encontrar o córrego Manchorra ou da Divisa, segue pelo córrego Manchorra ou da Divisa, até sua cabeceira, daí por uma reta atinge a cabeceira do lageado do Veado, desce por este até sua foz no rio São Lourenço, desce por este até sua foz no rio Iratim, divisa intermunicipal com Bituruna, desce pelo rio Iratim acompanhando os limites intermunicipais com Bituruna até a foz do lageado da Escada, daí por uma reta alcança a cabeceira do lageado do Saltinho ou ribeirão Canela, desce por este até sua foz no rio de Criciúma, desce por este até sua foz no rio Iguaçu, segue pelo rio Iguaçu até encontrar o ponto de partida da confluência do rio Butiá".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução objetiva corrigir o memorial descritivo da área, visando atender aos limites sugeridos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão este responsável pela Divisão Administrativa do País.

Para tanto, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 039/91

P A R E C E R:

O projeto de resolução em apreciação, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva autorizar a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental e de técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário, na forma

do Substitutivo Geral que apresentamos em anexo, com o simples intuito de evitar-se dissentimentos entre a presente proposição e o Projeto de Resolução nº 041/91, havendo consenso entre os autores.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo geral, em anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/91  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA C.C.J.

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Coronel Domingos Soares, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-o do Município de Palmas:

Limites de confrontações:

"Começa na confluência do rio Iguagu com o rio Butiá, seguindo pelo rio Butiá até sua cabeceira, daí em reta alcança a cabeceira do rio Rancho Grande, segue pelo rio Rancho Grande até encontrar o rio Chopin, seguindo pelo rio Chopin até encontrar o córrego Manchorra ou da Divisa, segue pelo córrego Manchorra ou da Divisa, até sua cabeceira, daí por uma reta atinge a cabeceira do lageado do Veado, desce por este até sua foz no rio São Lourenço, desce por este até sua foz no rio Iratim, divisa intermunicipal com Bitura, desce pelo rio Iratim até o seu encontro com o rio Iguagu, segue pelo rio Iguagu até encontrar o ponto de partida da confluência do rio Butiá".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.04.95

(a) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

Requerimento nº 867, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral e Luiz Carlos Martins, constante do expediente, requerendo a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. Há um acordo de lideranças e a Mesa submete a votos. **Aprovado.**

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para comunicar à Mesa que eu e o Deputado Rosinha estamos nos retirando da presente Sessão, para que possamos nos dirigir ao Ministério Público entregar essa nossa representação, no to-

cante à criação, às pressas, de uma cooperativa que vai ter o monopólio dos serviços psicotécnicos do Paraná, para que o Ministério Público possa se pronunciar o mais rápido possível.

Pego que isso conste, é o motivo da nossa retirada.

O SR. ALGACI TULIO - Gostaria de pedir, se possível, uma cópia desta Ação, porque, pela denúncia, envolve o DETRAN. E tenho certeza que quem ocupa o DETRAN hoje, é uma pessoa de extrema responsabilidade e tenho a certeza que nem deve estar sabendo do que está acontecendo, até. Gostaria de levar ao conhecimento do Diretor do DETRAN, Marcos Isfer, para que tomasse conhecimento desta Ação, e se possível até em poucas horas explicar a esta Casa, aos Deputados do PT, esta situação.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero só comunicar ao Deputado Algaci Túlio que todo questionamento é em cima do estatuto da cooperativa e não do convênio.

Nós gostaríamos de discutir, de fato, estes convênios, a abertura aos médicos e psicólogos, mas da forma que o estatuto da cooperativa se apresenta nos parece irregular. De forma alguma questiona o eminente Vereador dessa cidade, Marcos Isfer, que passou as informações pedidas, é uma pessoa de índole indiscutível. Nós questionamos durante todo esse processo, apenas a cooperativa que é limitadora e é autoritária na sua forma remetendo toda as decisões da cooperativa que vai monopolizar esse dever do Estado dando todos os seus encaminhamentos a partir de uma diretoria executiva que vai ter, diga-se de passagem, uma remuneração muito acima do desejado de qualquer cooperativa que se diz sem fins lucrativos.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Apenas faço esse registro e pego o impedimento do Deputado Nerone, porque na matéria divulgada pela imprensa traz como título, escândalo no DETRAN, é isso evidentemente nos preocupa e nós queremos um esclarecimento a esse respeito, já recebi do Deputado Rosinha e agradeço, uma cópia, evidentemente vou encaminhar em seguida para o Vereador Marcos Isfer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a Mesa o requerimento nº 858, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 839, 840 de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes

do expediente. Encaminha-se conforme o requerido, em forma de sugestão.

Requerimento n° 841 de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 842 a 845 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 846 de autoria dos Srs. Deputados Nereu Moura e Edgard Bueno, constantes do expediente. **O expediente será encaminhado pelo Sr. Presidente.**

Requerimento n° 847 de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Encaminhar ao Sr. Secretário da Fazenda.

Requerimentos n°s 848 a 853 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 856 de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Encaminhe-se conforme requerido em forma de sugestão.

Requerimento n° 857, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 860 e 861, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 862 a 863 de autoria do Sr. Deputado Toti Colação, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 866 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 865 de autoria dos Srs. Deputados Cezar Silvestri e Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 864 de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 870 de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para Discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno. Requerimento n° 871, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 021/95.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 050, 051 e 104, e do Projeto de Resolução n° 039/95.

Designo a sessão de amanhã para os trabalhos das comissões.

Marca ainda uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 122 e 002/95.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 021/95.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 104/95 e do Projeto de Resolução n° 039/95.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 011 e 099/95.

Levanta-se a sessão.